

APVC – ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VIANA DO CASTELO, S.A.

Relatório
e Contas

2011

ÍNDICE

Cap. I – RELATÓRIO DE GESTÃO	6
0. INDICADORES	6
1. INTRODUÇÃO	7
2. A EMPRESA EM 2011.....	9
3. ATIVIDADE PORTUÁRIA	11
4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO.....	17
5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS.....	21
6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	22
7. INVESTIMENTO.....	23
8. IMPARIDADE.....	24
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	25
10. ÓRGÃOS DE GESTÃO	29
11. GESTÃO DE RISCO.....	30
12. PERSPETIVAS FUTURAS	30
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	32
Cap. II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	35
Cap. III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
Cap. IV – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE	81
Cap. V – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	89

Relatório
e Contas

2011

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Cap. I – RELATÓRIO DE GESTÃO

0. INDICADORES

SECTORES	UNIDADE	2011	2010
TRÁFEGO PORTUÁRIO			
ESCALAS DE NAVIOS AO PORTO	n.º	203	199
TOTAL DE CARGA MOVIMENTADA	Ton.	490.493	524.140
<hr/>			
QUOTA DE MERCADORIAS NO MERCADO NACIONAL	%	0,7	0,81
<hr/>			
PESSOAL			
TRABALHADORES	n.º	48	46
TAXA DE ABSENTISMO	%	2,99	3,39
<hr/>			
INVESTIMENTO			
CAPITAL INVESTIDO	Euros	2.339.070	427.226
FUNDOS PRÓPRIOS	Euros	8.633	111.272
OUTROS FUNDOS	Euros	2.330.437	315.954
<hr/>			
FINANÇAS			
VOLUME DE NEGÓCIOS (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	Euros	2.844.318	3.176.001
RESULTADOS OPERACIONAIS	Euros	156.429	226.416
RESULTADOS LÍQUIDOS	Euros	233.484	300.587
CASH-FLOW	Euros	4.399.105	2.316.874
AUTONOMIA FINANCEIRA ⁽¹⁾	-	0,78	0,73
RENTABILIDADE DAS VENDAS ⁽²⁾	%	5,5	7,1
RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ⁽³⁾	%	4,4	6,1

⁽¹⁾ Capital Próprio / Activo Total Líquido

⁽²⁾ Resultados Operacionais/Prestação de Serviços

⁽³⁾ Resultados Líquidos / Capitais Próprios

1. INTRODUÇÃO

A APVC – Administração do Porto de Viana do Castelo, SA, completou em 2011 o seu terceiro ano efetivo de funcionamento, após publicação do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, que criou a empresa sobre a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos assegurados pela APDL que é, assim, o seu único acionista.

O sistema regular de seguimento interno de gestão que se estabeleceu ao longo do primeiro ano de funcionamento da empresa, seja nos aspetos financeiros e contabilísticos, seja nos aspetos de movimento e estatística portuária, permitem agora, com total fiabilidade e coerência, estabelecer comparações e perspetivar as melhores medidas na operação e no desempenho e sustentabilidade da empresa.

O modelo organizacional e a estrutura de gestão que se tem vindo a consolidar permitiram ampliar as tarefas e áreas de trabalho partilhadas com a APDL adensando métodos semelhantes de *report* e gestão de proximidade aspetos que mais se privilegiaram durante o ano de 2011.

Entretanto, naquelas áreas em que a APVC tem capacidade de decisão e execução autónoma introduziram-se pequenas alterações com vista a melhorar processos e a melhor tirar partido de uma gestão em rede, aproximando o seu paradigma funcional o mais possível do seu acionista único, mas utilizando a autonomia para se ajustar às diferentes condições de operação, de exploração e das características do mercado nos territórios de mais direta influência do porto de Viana do Castelo.

A principal característica que mais distingue a estrutura de exploração da APVC em relação à APDL é o facto de o porto de Viana do Castelo ser um “*toll operator port*” em que a autoridade portuária ainda assegura serviços ao navio ou à carga como, por exemplo, amarração e equipamentos de elevação serviços que na APDL estão concessionados. Aqui, as duas empresas estão separadas por um modelo organizacional e de competências diretas na operação e exploração portuárias que introduz alguma complexidade acrescida na gestão dos respetivos recursos humanos em tempos que obrigam a grande contenção no dimensionamento das equipas de trabalho. A solução é, na medida do possível, maior polivalência e capacidade operacional no recrutamento e disposição das equipas de trabalho na exploração portuária em Viana do Castelo

Este princípio, o da necessidade de polivalência e agilidade com salvaguarda da segurança e fiabilidade nas operações portuárias aos navios e à carga, ficou grandemente constatado durante o ano de 2011 que foi um ano que arrancou fraco e assim se manteve por todo o primeiro semestre a confirmar o ambiente de insegurança e incerteza que se estabeleceu nos mercados internacionais e no grupo dos países para onde o PVC mais exporta ou recebe carga. A quebra, em relação a idêntico período do ano anterior foi significativa e colocou o movimento geral do porto a níveis próximos, ainda que ligeiramente acima (8%), do primeiro semestre de 2009. A recuperação aconteceu por todo o segundo semestre do ano que andou, mês a mês, quase sempre acima de idênticos meses do ano anterior e chegou mesmo a registar-se, em setembro, um dos melhores meses de sempre no porto comercial.

Ora, justamente, a variação do trabalho do lado da exploração portuária, em quantidade e intensidade, ao longo do ano, colocaram pressão nas nossas equipas operacionais obrigando a algum redimensionamento e reforço da equipa de manobreadores de equipamentos para acudir ao aumento de movimento registado a partir de julho e que se prolongou, como ficou dito, pelo resto do ano.

A sustentabilidade da empresa, um dos principais objetivos definido no Plano de Ação 2009-2016 está umbilicalmente dependente do aumento na movimentação de cargas, na fixação dos atuais clientes e na conquista de novos clientes e cargas pelo que a empresa deve responder atempadamente a estas súbitas mudanças de ritmo.

O ano de 2011 ficou marcado como aquele em que se iniciou o crescimento nas cargas para exportação, se recuperou a confiança dos nossos clientes tradicionais e foram alcançadas condições para conquistar novos clientes e novas cargas. Não obstante as dificuldades que a situação internacional, nos mercados financeiros, trouxe ao comércio marítimo que quase instantaneamente se ressentiu disso, o PVC beneficiou do facto de uma empresa com unidades fabris dentro do seu perímetro de jurisdição ter iniciado um plano de exportações que diz querer continuar nos próximos semestres. Entretanto a APVC fechou contrato, em outubro, com nova empresa que vai instalar no primeiro semestre de 2012 uma unidade fabril dentro da área de expansão portuária e que se posiciona como exportadora de toda a sua produção (cabos de amarração de plataformas de exploração petrolífera).

É assim que o porto comercial de Viana do Castelo se transformou num porto exportador pela primeira vez na sua história recente e desde que deslocou a sua componente comercial, em 1976, para a margem sul do rio Lima. Com efeito, no segundo semestre do ano as exportações aceleraram e no acumulado anual exportou 65% de todas as mercadorias movimentadas pelo porto comercial com destino ou origem nos mercados exteriores a Portugal.

Tomando como elemento de análise a avaliação da situação económico-financeira da APVC feita por entidade independente no âmbito da constituição da empresa, as projeções que efetuaram para o primeiro triénio revelaram-se escassas tendo a empresa gerado suficientes benefícios económicos para cobrir as suas despesas operacionais correntes.

A movimentação comercial verificada durante o ano de 2011 e as constantes melhorias que a empresa tem vindo a conseguir no campo da gestão dominial permitiram fechar o ano com números positivos ainda que ajudados pelos subsídios à exploração concedidos pela administração central e aplicados, sobretudo, na acessibilidade marítima e no programa de recuperação de equipamentos de elevação.

A empresa prevê que se volte a verificar durante o ano de 2012 um crescimento na movimentação comercial embora com um ritmo menos acelerado do que aquele que se verificou no segundo semestre do ano aqui em análise, promovendo a crescente sustentabilidade da empresa e na continuidade dos subsídios à exploração concedidos pela administração central em especial no esforço de manutenção da acessibilidade marítima.

Vai prosseguir, durante o ano de 2012, o movimento exportador do porto comercial sustentado pelas duas principais empresas exportadoras dentro do seu *hinterland*

entretanto robustecido por novo cliente, como já referido, a instalar-se dentro da área de expansão portuária e que se espera inicie a exportação dos seus produtos, através do PVC, no segundo semestre de 2012.

2. A EMPRESA EM 2011

Durante o ano de 2011 a APVC manteve e desenvolveu um conjunto de atividades que lhe permitiram chegar ao final do ano com:

- Um desenvolvimento empresarial definido a partir da sua missão e objetivos estratégicos;
- A acessibilidade marítima mantida e a garantir boas condições de segurança;
- Um conjunto de investimentos estruturados para o futuro próximo;
- O lançamento da comunidade portuária de Viana do Castelo;
- A construção de uma nova imagem que está a ser percecionada pelo mercado.

No âmbito da estratégia e Plano de Ação apresentados durante o ano de 2010, seguiu-se com a missão do Porto de Viana do Castelo (PVC) que está assim definida:

“Servir os seus clientes e tráfegos existentes, criando as melhores condições para o serviço prestado, que facilitem a recuperação e a captação de novas cargas, assim como as condições de localização de atividades económicas de forma integrada e sustentável”

Apesar de um âmbito alargado, fica claro que a finalidade do porto de Viana do Castelo será a de se concentrar nas cadeias logísticas dos clientes que hoje serve, procurando aumentar a sua relevância nessas cadeias logísticas e ser um fator de atração e localização de novas atividades económicas.

Ajustaram-se os objetivos gerais de desenvolvimento do porto de Viana do Castelo que estão definidos segundo as seguintes seis linhas estratégicas:

- Crescimento do tráfego com base nos clientes atuais e na criação de condições de atração empresarial;
- Excelência na operacionalidade do porto, aumentando a capacidade de movimentação de cargas, melhorando os acessos marítimos e terrestres;
- Autossuficiência económica e viabilidade financeira da APVC, captando apoios nacionais e comunitários disponíveis para o investimento e reduzindo os custos correntes dissociados da operação;
- Motivação e envolvimento dos colaboradores da APVC;
- Desenvolvimento de uma política de baixos preços como fator competitivo;
- Integração na envolvente urbana, rentabilizando a exploração do património que constitui o domínio público marítimo (DPM).

Estes objetivos amarram o PVC ao dever de crescer e aumentar as suas receitas. Deverá fazê-lo, num primeiro momento, através da sua eficiência, da competitividade dos preços praticados, do apoio público para a globalidade dos investimentos necessários e da procura de receitas na gestão dominial. Posteriormente, a afirmação do porto passará pela conquista progressiva de uma autonomia e dimensão que lhe possibilite concessionar a operação portuária, aumentar a oferta infraestrutural e de equipamentos e reforçar a relação com a cidade aproveitando o potencial de receitas que possam advir de uma gestão criteriosa dos espaços dominiais.

Foi com base nestes pressupostos que, no ano de 2011, para além de um conjunto alargado de decisões de gestão interna que visaram controlar com rigor o quotidiano da empresa, se tomaram uma série de iniciativas com impacto na comunidade entre as quais:

- Execução das dragagens necessárias ao restabelecimento das condições de segurança para a navegação;
- Início das dragagens no canal de acesso e junto ao cais do Bugio, atingindo fundos de -5,50M ao “zero hidrográfico”, para permitir que a empresa exportadora de equipamentos eólicos opere com navios de maior calado junto às suas unidades fabris;
- Construção do novo porto de pesca, libertando a marina atlântica para fins mais urbanos e em consonância com os desígnios estratégicos da Autarquia.

Com estas intervenções, o PVC começou a ser procurado por potenciais clientes, bem como a ser considerado um parceiro relevante para a cidade e para a comunidade interurbana.

Prosseguiu-se, a exemplo do ano anterior, com o seguimento mais próximo e sustentado dos nossos clientes conhecendo, com rigor, o seu grau de satisfação e de como evoluir e crescer, centrados na melhoria dos processos e no incremento da qualidade.

A edição das *newsletters* e o *site* da APVC são formas de contactar com o exterior que dão uma melhor imagem do porto de mar, bem como o esforço continuado de diálogo e parceria virtuosa com os nossos clientes atuais e potenciais.

Durante o segundo semestre do ano foi aprovado contrato de concessão por 20 anos para o uso de uma parcela de terreno na área de expansão portuária em que ficará instalado novo cliente cuja produção, que se prevê tenha início na primavera de 2012, se destina totalmente à exportação através do PVC.

3. ATIVIDADE PORTUÁRIA

Enquadramento

A estrutura de tráfego do porto de Viana do Castelo sofreu em 2011 uma alteração significativa, tendo passado de um porto maioritariamente importador para exportador. Assim, em 2011 as mercadorias exportadas, pelo porto de Viana do Castelo, registaram um aumento de 58%, relativamente ao verificado em 2010. Note-se que em 2010 as exportações representavam 40% do movimento global enquanto que em 2011 tiveram um peso de 65%. Este crescimento ficou a dever-se ao aumento das exportações de empresas instaladas no concelho de Viana do Castelo e no *hinterland* próximo.

Globalmente o porto de Viana do Castelo apresenta em 2011 um decréscimo de 6% no movimento de mercadorias e um crescimento de 2% no movimento de navios.

Movimento de Navios

Durante o ano de 2011, escalaram o porto de Viana do Castelo 203 navios, número que representa um ligeiro acréscimo de 2% face ao ano de 2010. Relativamente à arqueação bruta (GT), manteve-se a tendência de crescimento do ano anterior registando-se um aumento de 1,4% face a 2010.

NAVIOS	2011		2010		VAR. % 11/10	
	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT
NACIONAIS	37	94.146	44	127.234	-15,9%	-26,0%
ESTRANGEIROS	166	808.011	155	762.234	7,1%	6,0%
TOTAL	203	902.157	199	889.468	2,0%	1,4%

Movimento de Mercadorias

O porto de Viana do Castelo movimentou durante o ano de 2011 um total de 490.493 toneladas, o que representou um decréscimo de 6% face ao ano anterior.

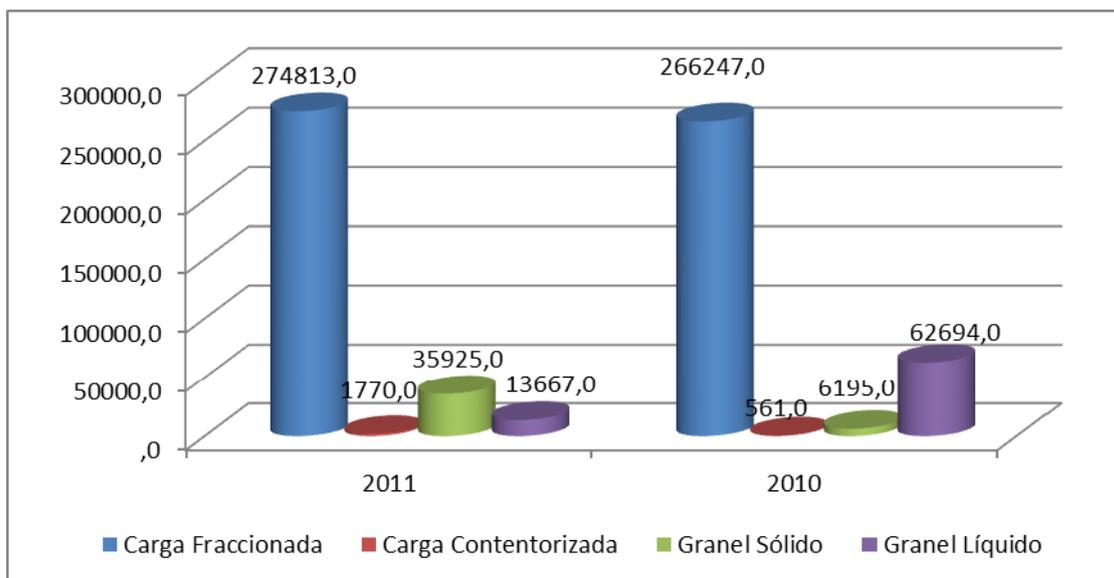
Comércio Externo do Porto de Viana do Castelo

O comércio internacional de Viana do Castelo atingiu 419.056 toneladas em 2011 tendo-se registado um pequeno decréscimo de 1% face ao ano anterior, determinado pelo fraco desempenho das importações (menos 42%). No que respeita às exportações apresentaram um crescimento de 58%.

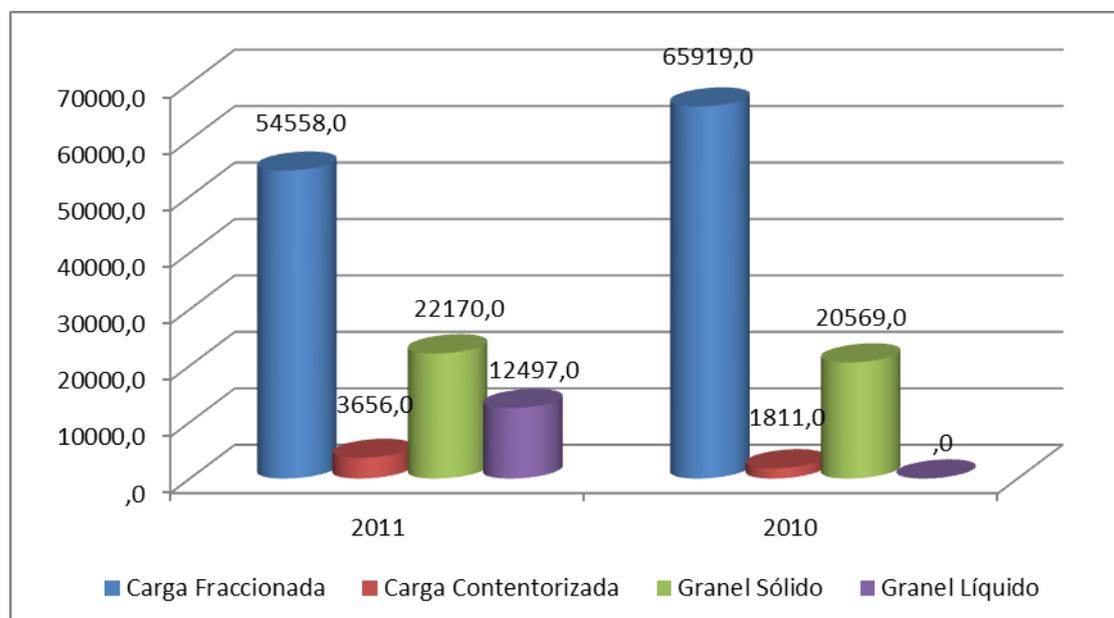
	2011	2010	VAR. % 11/10
IMPORTAÇÃO	147.284	252.367	-41,6%
EXPORTAÇÃO	271.772	171.629	58,3%
TOTAL	419.056	423.996	-1,2%

No que concerne à evolução dos tráfegos intra e extracomunitários de Viana do Castelo, por tipos de carga, observe-se os gráficos seguintes:

TRÁFEGO PORTUÁRIO INTRACOMUNITÁRIO (TON)



TRÁFEGO PORTUÁRIO EXTRACOMUNITÁRIO (TON)



Em 2011, o contributo dos mercados intracomunitários para a estrutura do padrão do tráfego portuário internacional de Viana do Castelo apresentou um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (78% em 2011 face a 79% em 2010). Relativamente aos mercados

extracomunitários aconteceu o inverso, pois a sua importância registou-se um pequeno aumento (22% em 2011 face a 21% em 2010).

Em 2011 assiste-se a uma pequena diminuição do tráfego portuário com a União Europeia (menos 3%) motivada pelo crescimento verificado no movimento de todos os tipos de carga à exceção dos granéis líquidos em que se movimentaram menos 78%. Quanto ao tráfego portuário com países terceiros, regista-se um aumento de 5%, induzido, essencialmente pelo início, em 2011, da exportação de granéis líquidos e pelo crescimento de 8% da movimentação de granéis sólidos. O peso das cargas neste segmento de tráfego, distribui-se da seguinte forma: 59% na carga fracionada, 24% nos granéis sólidos e 14% nos granéis líquidos, do total de tráfego portuário com países terceiros.

De seguida, apresenta-se um quadro com os principais países, cujos portos assumiram maior relevância no tráfego portuário (carga/descarga) com Viana do Castelo:

MOVIMENTO DE MERCADORIAS

ORIGEM E DESTINO DO TRÁFEGO PORTUÁRIO	2011	2010	VAR. % 10/09
FRANÇA	86.562	173.710	-50,2%
HOLANDA	68.454	56.787	20,5%
ITALIA	54.835	36.917	48,5%
ALEMANHA	54.649	37.493	45,8%
ROMENIA	39.208	0	-
CONGO REPÚBLICA DEM	24.316	32.581	-25,4%
CAMARÕES	22.398	31.650	-29,2%
ESPAÑHA	16.827	20.171	-16,6%
TURQUIA	11.991	13.780	-13,0%
ANGOLA	8.959	0	-
EGIPTO	8.179	6.789	20,5%
LITUANIA	5.631	0	-
TUNISIA	4.424	0	-
ISRAEL	3.984	0	-
NIGERIA	3.538	0	-
NORUEGA	2.177	163	1235,6%
OUTROS PAÍSES	2.924	13.955	-79,0%
COMÉRCIO EXTERNO	419.056	423.996	-1,2%
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS	71.437	100.144	-28,7%
TOTAL	490.493	524.140	-6,4%

Unid. Ton.

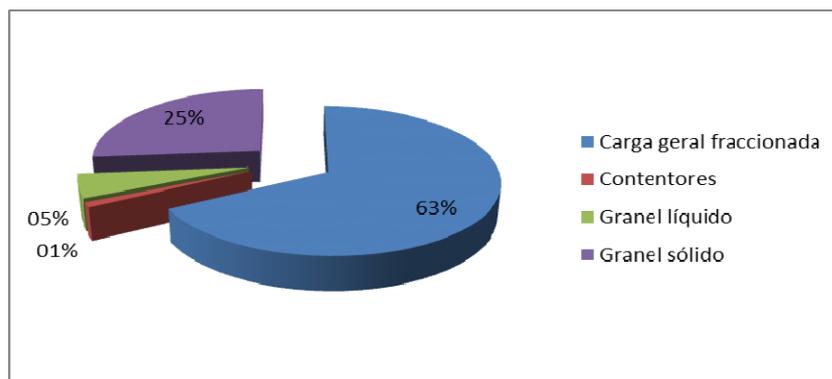
Em 2011, os portos da França e da Holanda mantiveram a liderança que detinham no ano anterior relativamente ao tráfego portuário com Viana do Castelo, 1.º e 2.º lugar, respetivamente. Por sua vez os portos da Itália subiram do 4.º lugar para o 3.º, ao passo que a Alemanha perdeu terreno, caindo do 3.º lugar do ranking de 2010, para o 4.º lugar em 2011. Destacam-se os portos da Roménia que entraram diretamente para o 5.º lugar, reflexo do início das exportações de equipamento eólico (em 2010 não se registou nenhum tipo de movimento com estes portos).

Em 2011, e no que diz respeito aos principais portos de origem das mercadorias descarregadas no porto de Viana do Castelo, os portos de França, Congo, Camarões, Itália e Alemanha mantiveram a sua posição preponderante.

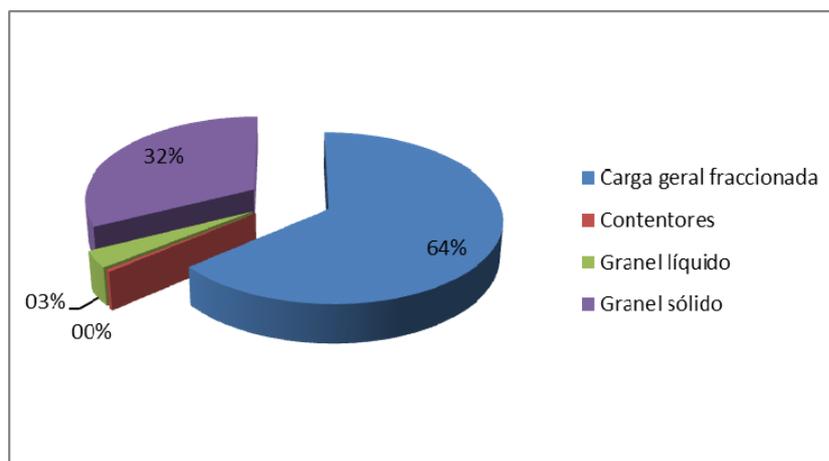
No que concerne aos portos de destino, em 2011, os portos da Holanda, Alemanha e Itália continuaram a ocupar uma posição preponderante no movimento de mercadorias carregadas no porto de Viana do Castelo. A única exceção prende-se, como já se mencionou, com a entrada para 3.º lugar dos portos da Roménia

Analisando a movimentação global de mercadorias segundo tipo de acondicionamento de carga, podemos observar que em 2011, a distribuição por tipo de carga manteve-se sensivelmente igual face ao período homólogo de 2010, ou seja, o peso da carga geral fracionada situou-se entre os 63 e 64%, a carga contentorizada continua abaixo do 1%, os granéis líquidos entre os 5% e os 3% e, finalmente, os granéis sólidos entre os 25% e os 32%.

MOVIMENTO GLOBAL DE MERCADORIAS EM 2011



MOVIMENTO GLOBAL DE MERCADORIAS EM 2010



Carga Geral Fracionada

A carga geral fracionada registou em 2011, um ligeiro decréscimo de 5.975 toneladas face ao ano transato, tendo-se movimentado um total de 329.371 toneladas. O quadro seguinte apresenta a evolução das mercadorias mais relevantes em termos de movimentação neste segmento de carga.

CARGA GERAL FRACIONADA

MERCADORIAS	2011	2010	VAR. % 11/10
Madeira e toros	113.297	205.093	-44,8%
Papel	128.455	91.485	40,4%
Equipamento eólico	75.566	24.279	211,2%
Aço / Ferro	11.863	13.866	-14,4%
Mercadoria diversa	190	623	-69,5%
TOTAL	329.371	335.346	-1,8%

Unid. Ton.

Neste segmento de carga, a madeira/toros, o papel e o equipamento eólico continuam a ser, em 2011, as mercadorias com maior expressão. O principal destaque vai para o equipamento eólico, cujo movimento em 2010 rondou as 25.000 toneladas e que no ano em análise apresentou um crescimento de mais 51.287 toneladas. Realce também para o papel que apresentou um crescimento de 40%, face ao ano anterior, sendo a segunda mercadoria mais movimentada com 128.455 toneladas.

Verifica-se ainda que as duas principais cargas movimentadas representam 73% do tráfego movimentado neste segmento de carga.

Granéis Sólidos

O porto de Viana do Castelo movimentou 129.532 toneladas de granéis sólidos em 2011, contabilizando um decréscimo de 39.973 toneladas em relação ao ano anterior.

No quadro seguinte pode-se observar a evolução dos principais granéis sólidos movimentados em Viana do Castelo.

GRANÉIS SÓLIDOS

MERCADORIAS	2011	2010	VAR. % 11/10
Cimento	71.437	95.522	-25,2%
Caulino	39.663	53.176	-25,4%
Cinzas	16.331	7.804	109,3%
Aubos compostos	2.000	7.107	-71,9%
Coque	0	4.696	-100,0%
Mercadoria diversa	101	1.200	-91,6%
TOTAL	129.532	169.505	-23,6%

Unid. Ton.

Nos granéis sólidos verificou-se uma forte diminuição em algumas mercadorias, com exceção das cinzas. O acréscimo desta mercadoria mostrou-se insuficiente para fazer face à quebra de 48.500 toneladas originada pelas restantes naturezas de carga, em especial do cimento, do caulino e dos adubos. O cimento apesar de ter caído 25%, ainda assim continua a ser a mais representativa neste segmento de carga.

Granéis Líquidos

O movimento de granéis líquidos no porto de Viana do Castelo registou, em 2011, um crescimento de 9.247 toneladas face ao ano anterior.

GRANÉIS LÍQUIDOS

MERCADORIAS	2011	2010	VAR. % 11/10
Asfalto a granel	26.164	16.917	54,7%
TOTAL	26.164	16.917	54,7%

Unid. Ton.

Em 2011, o movimento de granéis líquidos no porto de Viana do Castelo, mais concretamente de asfalto, verificou um forte acréscimo de 56%.

Porto Industrial, concessão dos ENVC, S.A.

Em 2011 o movimento de navios nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, referente a navios que escalaram o porto para reparação, durante o ano de 2011, registou um desvio negativo de 31% face ao ano transato. Ao nível das manobras na bacia e cais dedicados, o número das mesmas foi inferior em 39% face ao verificado em 2010.

	2011	2010	VAR. % 11/10
REPARAÇÕES			
N.º Navios	25	36	-30,6%
MANOBRAS			
Número	79	129	-38,8%

Docas de Recreio

Em 2011, as docas de recreio de Viana do Castelo registaram um ligeiro decréscimo de 5% em termos de movimento de embarcações passantes, e um pequeno acréscimo de aproximadamente 1% no que concerne às embarcações permanentes, face a igual período de 2010.

DOCAS DE RECREIO

EMBARCAÇÕES	2011			2010			VAR. % 11/10
	LANCHAS	VELEIROS	TOTAL	LANCHAS	VELEIROS	TOTAL	
Passantes	7	611	618	15	633	648	-4,6%
Permanentes	1.548	204	1.752	1.537	204	1.741	0,6%

Distribuídos entre lanchas e veleiros, pelo porto de Viana do Castelo, passaram em 2011 um total de 618 embarcações, no que respeita ao movimento de embarcações permanentes, verifica-se que o mesmo se fixou em 1.752 embarcações.

Porto de Pesca

Durante o ano de 2011 foram descarregados no porto de pesca de Viana do Castelo 1.822 toneladas de pescado, o que se traduziu numa quebra de 1% face ao registado no ano anterior. Quando ao valor do pescado transacionado em lota, o mesmo sofreu um crescimento acentuado da ordem de 12%.

PORTO DE PESCA

	2011	2010	VAR. % 11/10
TONELADAS	1.822	1.840	-1,0%
VALOR (1.000 EUROS)	3.549	3.183	11,5%

Fonte: DOCAPECA - Portos e Lotas, S.A.

4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2011, o quadro de pessoal da empresa era composto por um total de 48 pessoas, sendo 45 efetivos, 2 contratados a termo certo e um elemento adicional requisitado para o exercício do cargo de Diretor-Coordenador, sob a dependência hierárquica do Conselho de Administração.

Quadro de pessoal	2011	2010	Variação
Efetivos	45	45	0,0%
Contratados a termo certo	2	0	
Requisitados	1	1	0,0%
Ativos	48	46	4,3%

O Conselho de Administração da APVC, S.A. é constituído, por inerência, pelos Administradores do seu acionista, a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., embora sem direito a qualquer remuneração adicional.

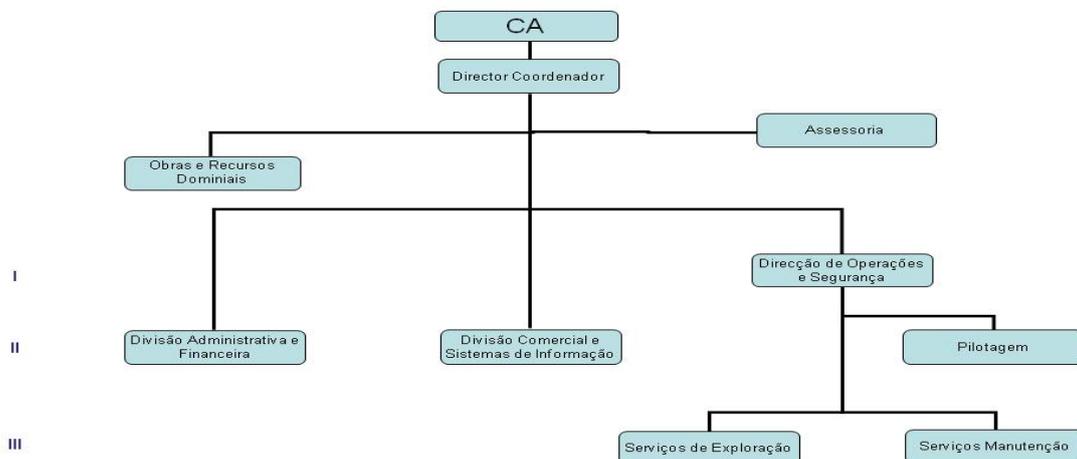
Durante o ano de 2011, o movimento no quadro de pessoal foi o seguinte:

Movimento de pessoal	01.01.2011	Entradas	Saídas	31.12.2011
Efetivos	45	1	1	45
Contratados a termo certo	0	2	0	2
Requisitados	1	0	0	1
Ativos	46	3	1	48

Registou-se a saída de um dos três pilotos ao serviço no porto de Viana do Castelo. As entradas destinaram-se a reforçar o grupo dos operadores de equipamento portuário, necessário para fazer face ao acréscimo da atividade portuária com caráter de sazonalidade ocorrido durante o segundo semestre de 2011. Um dos três elementos contratados foi admitido para o quadro de pessoal para colmatar necessidades permanentes desse mesmo grupo, nomeadamente nas épocas de maior concentração de férias do pessoal e para introduzir uma maior flexibilização ao nível da gestão das escalas.

A estrutura orgânica da Empresa foi aprovada pelo conselho de administração em reunião de 12 de janeiro de 2009, tendo por referencial a criação de uma estrutura simples, com o menor número possível de cargos de chefia e escalões hierárquicos:

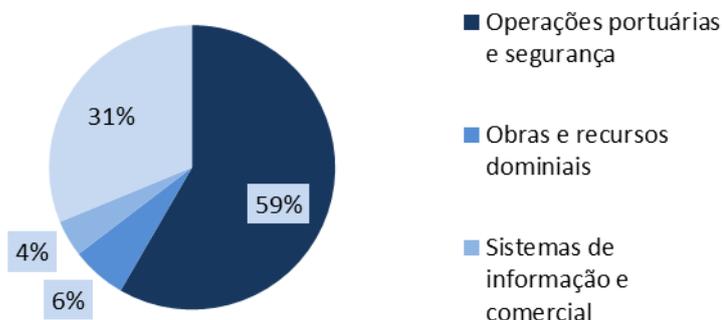
Administração do Porto de Viana do Castelo, SA



A afetação do pessoal por áreas é a seguinte:

Ativos por áreas operacionais	2011	2010	Variação
Operações portuárias e segurança	28	26	7,7%
Obras e recursos dominiais	3	3	0,0%
Sistemas de informação e comercial	2	2	0,0%
Gestão e serviços de apoio	15	15	0,0%
Total	48	46	4,3%

Em termos percentuais, 59% dos ativos estão adstritos às áreas operacionais:



Os ativos por género são os seguintes:

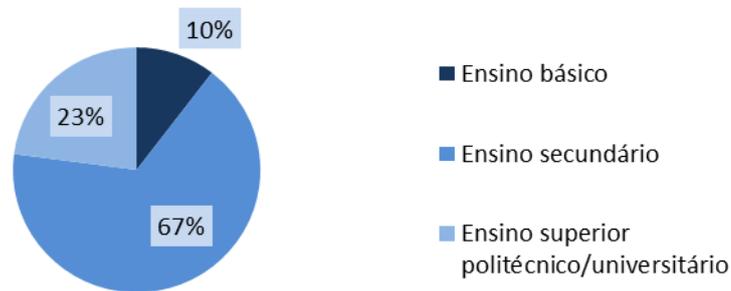
Ativos por género	2011	2010	Variação
Homens	38	36	5,6%
Mulheres	10	10	0,0%
Total	48	46	4,3%

O regime de trabalho reflete a afetação dos recursos às diferentes áreas, nomeadamente a isenção de horário de trabalho para o pessoal afeto às áreas de exploração portuária.

Regime de trabalho	2011	2010	Variação
Horário normal fixo	15	13	15,4%
Isonção de horário de trabalho	33	33	0,0%
Total	48	46	4,3%

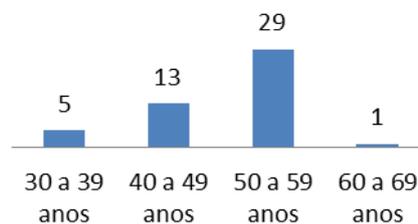
Em termos de habilitações académicas, a maioria dos trabalhadores possuem habilitações correspondentes ao ensino secundário. Registou-se uma diminuição no número de detentores de algum grau correspondente ao ensino superior (de 26% para 23%) tendo por origem a saída de um piloto. Adicionalmente, os trabalhadores das áreas operacionais possuem, nos casos em que isso se torna obrigatório, as habilitações profissionais necessárias para o exercício das respetivas funções.

Habilitações	2011	2010	Variação
Ensino básico	5	4	25,0%
Ensino secundário	32	30	6,7%
Ensino superior politécnico/universitário	11	12	-8,3%
Total	48	46	4,3%



O nível etário médio é de 50 anos, encontrando-se assim distribuído:

Níveis etários	2010	%	2010	%
30 a 39 anos	5	10,4%	5	10,9%
40 a 49 anos	13	27,1%	15	32,6%
50 a 59 anos	29	60,4%	25	54,3%
60 a 69 anos	1	2,1%	1	2,2%
	48	100,0%	46	100,0%



Gastos com o pessoal - Estrutura

Os gastos com pessoal estão indicados no seguinte quadro:

Estrutura de gastos com pessoal	2011	2010	Variação
Remunerações e encargos			
Remuneração dos corpos sociais (i)	10.768	11.190	-3,8%
Remunerações certas e permanentes	1.110.227	1.269.510	-12,5%
Trabalho extraordinário	64.715	57.944	11,7%
Subsídio de turno	91.306	113.662	-19,7%
Subsídio IHT	135.702	146.400	-7,3%
Outras remunerações	151.475	142.186	6,5%
Outros gastos com pessoal	30.603	36.547	-16,3%
Encargos sobre remunerações	271.620	267.251	1,6%
	1.866.415	2.044.690	-8,7%
Prestações sociais	1.900	30.074	-93,7%
Total...	1.868.315,82	2.074.764	-10,0%

(i) Remuneração do Fiscal Único e senhas de presença

Os gastos com pessoal, no ano de 2011, refletem as várias disposições remuneratórias determinadas pelo Lei do Orçamento de Estado para 2011 (reduções remuneratórias, proibição de valorizações remuneratórias e o congelamento da contagem do tempo de serviço para efeitos de progressões nas carreiras, entre outras).

Em termos de absentismo, foi registado em 2011 um total de 447 dias de faltas, representando um aumento de 14% relativamente a 2010. Este aumento teve como origem a continuação de uma situação de baixa prolongada por doença, em que, relativamente à qual, já foi notificada pela CGA a aposentação do trabalhador, a qual virá a ter feitos a partir de 2012. Nas restantes tipologias de faltas registaram-se diminuições:

Número de faltas	2011	2010	Varição
Doença	393	294	33,7%
Greve	26	35	-25,7%
Outras	28	63	-55,6%
	447	392	14,0%

5. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

Na concretização das medidas constantes no Plano Comercial para o biénio 2010/2011 foram desenvolvidas diversas ações nomeadamente:

➤ **Jornadas Portuárias**

Tiveram lugar em 11 de fevereiro as primeiras jornadas subordinadas ao tema “O porto comercial de Viana do Castelo como fator de localização empresarial” tendo como oradores convidados o administrador da AICEP-capital e presidente da direção da “APLOG” Dr. Jorge Costa e o presidente da “Cotec Portugal” Prof. Doutor Daniel Bessa.

➤ **Constituição da Comunidade Portuária**

No dia 20 de janeiro houve uma reunião para a constituição da CPVC – Comunidade Portuária de Viana do Castelo, tendo em vista desenvolver e promover o Porto de Viana do Castelo. No dia 5 de julho teve lugar o ato de assinatura da escritura de constituição da associação denominada CPVC – Comunidade Portuária de Viana do Castelo, sendo membros fundadores a Câmara Municipal de Viana do Castelo, AEVC - Associação Empresarial de Viana do Castelo, CIM – Comunidade Intermunicipal do Minho Lima, AIMinho - Associação Industrial do Minho, AGEPOR - Associação dos Agentes de Navegação de Portugal, APAT - Associação Portuguesa dos Agentes Transitários, Câmara dos Despachantes Oficiais, Europac Logística, Lda., Novastiva – Operações Portuárias, Estiva/Tráfego, Lda., Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. A 27 de setembro realizou-se a Assembleia Geral eleitoral, à qual se seguiu a primeira reunião de Direção presidida pelo Prof. Doutor Daniel Bessa.

➤ **Visitas comerciais aos clientes**

Durante o ano promoveram-se várias reuniões com os nossos principais e potenciais clientes, nas quais foi apresentado o porto, os investimentos efetuados na melhoria da sua acessibilidade marítima, a sua política comercial. As reuniões serviram igualmente para auscultar e debater os constrangimentos e benefícios da utilização do porto pelas respetivas empresas.

➤ **Divulgação e promoção do porto**

Ao longo deste exercício foram desenvolvidas diversas tarefas com vista à divulgação e promoção do porto, dando a conhecer as atividades da empresa e os serviços por ela prestados. Por ocasião das Jornadas Portuárias foi editado mais um número da Newsletter

6. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Rede informática

No âmbito do “Sistema de Informação” foram levadas a cabo diversas ações tendo em vista a manutenção da robustez, do elevado nível de desempenho requerido, da fiabilidade e da integridade do mesmo. Para o efeito foi adquirido um novo servidor de terminais, reconfigurado o sistema e reestruturado o nó de comunicações existente na portaria exterior do porto comercial.

Comunicações de voz e dados via redes fixa e móvel terrestre

Tendo em vista a melhoria e a redução de custos do respetivo sistema, foi desenvolvido um processo negocial com os operadores de comunicações do qual resultou uma contratação de prestação de serviços que implicaram a remodelação das infraestruturas de ligação das comunicações de voz e dados, que passaram da margem norte (marina) para a margem sul (porto comercial), e a mudança de um acesso por cabo de cobre para fibra ótica. A implementação dos contratos negociados traduz-se numa redução de custos estimada em 20%.

7. INVESTIMENTO

Em 2011 os investimentos totalizaram os 2.339 milhares de euros, de acordo com a seguinte composição:

(valores expressos em milhares de euros)

Descrição	Valor
Edifícios e outras construções	1,7
Equipamento básico	11,0
Equipamento administrativo	8,5
Outros ativos fixos tangíveis	5,0
Ativos fixos tangíveis em curso	2.310,0
Ativos intangíveis em curso	2,9
	2.339,1

Deste valor, 2.330 milhares de euros de investimentos foram realizados através de verbas do PIDDAC e de cofinanciamento comunitário no âmbito do PROMAR.

As fontes de financiamento dos investimentos realizados em 2010 foram as seguintes:

(valores expressos em milhares de euros)

Descrição	2011	2010
Autofinanciamento	8,6	111,3
PIDDAC	1.339,4	315,9
PROMAR	991,0	
	2.339,0	427,2

Dos investimentos realizados destacam-se os seguintes, ainda em curso à data de 31 de dezembro de 2011:

- Acesso rodoviário ao porto comercial (183 milhares de euros em 2011), que se encontra na fase de expropriações;
- Reacondicionamento da frota de pesca – porto de pesca (2.026 milhares de euros em 2011), cuja empreitada de construção teve início em 2011 e finalização prevista para o 1.º trimestre de 2012. Este projeto teve participação financeira aprovada no âmbito do PROMAR, a 75%, e do PIDDAC, pelos restantes 25%;
- Reabilitação do Molhe Norte (84 milhares de euros em 2011), envolvendo a reparação de danos significativos causados por vários temporais ocorridos no início do ano.

É de assinalar também a adjudicação dos trabalhos de reabilitação de dois guindastes elétricos pelo valor total de 506 milhares de euros e que terão início em 2012.

8. IMPARIDADE

Pelo Decreto-Lei de constituição, transitaram para a APVC a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., afetos ou que diziam respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente viaturas, embarcações e demais equipamentos. Pelo mesmo artigo, ficaram também afetos à APVC todos os bens imóveis edificados pelo IPTM dentro da área do domínio público, ainda que sem descrição ou inscrição predial. Sobre a generalidade dos bens acima referidos foi efetuada uma avaliação patrimonial por entidades independentes, que teve por base o método do “Valor em Uso Continuado”, da qual resultou um valor de avaliação de 56.071 milhares de euros.

Foram ainda considerados os ativos destacados da esfera do IPTM, I.P. e não sujeitos a avaliação patrimonial, ao custo de aquisição, deduzido das depreciações entretanto registadas desde a sua aquisição. Estes ascendiam a 1.179 milhares de euros.

No decorrer do exercício de 2009, conforme preconizado no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, a APVC submeteu para aprovação a avaliação patrimonial aos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo setor dos transportes. Tal aprovação veio a ocorrer no decurso de 2010, através de despacho conjunto, no montante global de 57.250 milhares de euros.

Em 2009, e paralelamente ao reconhecimento e valorização do património da nova empresa, foi efetuada uma análise económico-financeira da APVC que revelou uma estrutura fortemente marcada pela diminuição do movimento portuário (com impacto direto nos proveitos gerados) e por uma estrutura de custos fixos muito elevada, cuja principal componente são os gastos com pessoal, notoriamente insuficiente enquanto geradora de resultados que contrabalançasse as elevadas depreciações, decorrentes dos ativos anteriormente referidos.

Neste cenário, em que a APVC não é capaz de gerar benefícios económicos futuros, e indo de encontro às melhores práticas contabilísticas, foi registada, no início de 2009, uma perda por imparidade pelo montante global do ativo reconhecido.

Decorrido o primeiro ano de atividade, com um mais profundo conhecimento da atividade do porto de Viana do Castelo e tendo por base o “Plano de Ação para a Modernização e Melhoria da Competitividade do Porto de Viana do Castelo, 2009-2016”, foi elaborado um novo estudo sobre as Demonstrações Financeiras Previsionais da APVC para o período 2010-2019. Esse estudo, com referência a 31 de dezembro de 2009, permitiu determinar o valor

do negócio, cifrado em 1.625 milhares de euros, e, conseqüentemente, o registo de uma perda por imparidade no montante de 53.581 milhares de euros (cerca de 98%).

No ano de 2010 procedeu-se à elaboração de um novo estudo, reportado a 31 de dezembro de 2010, o qual, em face de um desempenho económico mais favorável do que o originalmente previsto, conduziu à estimativa de um valor de negócio superior, pelo que se registou uma reversão no valor das perdas por imparidade acumuladas. A essa data, o valor de negócio foi estimado em 2.721 milhares de euros, pelo que o valor das perdas por imparidade registadas com referência a essa data ascendia a 50.930 milhares de euros.

Em 2011, o estudo sobre as demonstrações financeiras previsionais da APVC para o período 2012-2021, reportado a 31 de dezembro de 2011, conduziu a um valor de negócio de 2.863 milhares de euros, pelo que o valor das perdas por imparidade registadas a 31 de dezembro de 2011 ascende a 51.225 milhares de euros.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A APVC encerrou o ano de 2011 com um resultado líquido de 234 milhares de euros, num período em que durante o 1.º semestre do ano se presenciou a continuidade da baixa na atividade que já se vinha registando desde os últimos meses de 2010, e um 2.º semestre em que, em grande parte, se observou uma forte recuperação nos ganhos e resultados operacionais.

Esta evolução positiva teve reflexos ao nível do valor de negócio da APVC, o qual, reportado a 31 de dezembro de 2010 e 2011, passou de 2.721 milhares de euros para 2.863 milhares de euros, respetivamente.

Os resultados operacionais atingiram os 156 mil euros, correspondendo a uma diminuição de 31% relativamente a 2010.

(valores expressos em euros)

Resultados Operacionais	2011	2010	Varição
1. RENDIMENTOS OPERACIONAIS			
Vendas	144	141	2,3%
Prestações de serviços	2.844.174	3.175.860	-10,4%
Subsídios à exploração	115.755	1.294.250	-91,1%
Outros rendimentos e ganhos	2.331.340	333.898	
TOTAL 1...	5.291.412	4.804.149	10,1%
2. GASTOS OPERACIONAIS			
CMVMC	(28,50)	(70,08)	-59,3%
Fornecimentos e serviços externos	(778.758,72)	(1.913.108,91)	-59,3%
Gastos com o pessoal	(1.868.316)	(2.074.764)	-10,0%
Outros gastos e perdas	(137.670)	(98.652)	39,6%
TOTAL 2...	(2.784.773)	(4.086.595)	-31,9%
3. EBITDA	2.506.639	717.554	249,3%
EBITDA AJUSTADO (i)	258.370	411.028	-37,1%
4. Reversões	1.815.411	1.525.150	19,0%
5. Amortizações, depreciações, perdas por imparidade e provisões	(4.165.621)	(2.016.288)	106,6%
6. RESULTADOS OPERACIONAIS (EBIT)	156.429	226.416	-30,9%

(i) EBITDA Ajustado = EBITDA - Imputação de subsídios ao investimento

Verificaram-se decréscimos assinaláveis nas componentes de “Subsídios à exploração” e “Fornecimentos e serviços externos”, relacionados com um menor volume de dragagens efetuadas (112 mil euros em 2011 enquanto que no ano de 2010 representaram gastos de 1.287 milhares de euros).

Dado o montante avultado que normalmente envolve a realização de dragagens de manutenção, a par da insuficiente capacidade económico-financeira da APVC para gerar meios financeiros líquidos internos suficientes poder fazer face a esse gasto, torna-se absolutamente necessário que o Estado, através de verbas do PIDDAC, as financie na totalidade, pelo que, em condições tidas por normais, os gastos com dragagens, cobertas através de subsídios à exploração, terão um efeito financeiro neutro nas contas anuais da APVC.

A rubrica de gastos com pessoal também regista um decréscimo significativo (menos 10% em relação ao ano de 2010) como resultado das reduções remuneratórias estabelecidas na Lei do Orçamento de Estado para 2011.

As prestações de serviços em 2011, de 2.844 milhares de euros, registaram uma diminuição face ao ano transato de 10,4%, ainda assim graças a uma forte recuperação assinalada a partir do início de 2.º semestre.

Essa recuperação permitiu que ao nível dos serviços prestados ao navio se tenha registado tão só uma descida de 1% face a 2010, tendo também para isso contribuído a não finalização do processo de concessão das marinas do porto de Viana do Castelo, tendo a APVC, durante o ano de 2011, mantido a operação direta das mesmas (rendimentos incluídos na rubrica “TUP Navio”).

Em termos de serviços prestados à mercadoria a recuperação não foi tão forte, tendo ficado abaixo 4% relativamente a 2010.

Para esse diferencial em relação aos serviços prestados ao navio, teve um forte contributo o aumento da carga exportada relacionada com as pás e torres eólicas, que não envolvem a utilização de básculas nem de equipamentos de elevação terrestres da APVC.

O decréscimo de 22% na rubrica de “concessões e usos dominiais” prende-se com um menor valor de penalidades aplicadas e contabilizadas em 2011, no âmbito de uma das concessões do porto de Viana do Castelo, e relacionadas com a quantidade anual padrão contratada de descarga de mercadorias.

(valores expressos em euros)

Prestações de serviços	2011	2010	Variação
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO			
TUP Navio	341.400	340.337	0,3%
Serviços de pilotagem	241.688	258.133	-6,4%
Serviço de amarração	63.752	59.265	7,6%
Outros	42.804	39.052	9,6%
	689.643	696.787	-1,0%
SERVIÇOS PRESTADOS À MERCADORIA			
TUP Carga	272.208	274.751	-0,9%
Armazenagem	82.243	86.694	-5,1%
Uso de equipamento terrestre	265.434	261.267	1,6%
Outros	45.777	70.023	-34,6%
	665.662	692.734	-3,9%
Concessões e usos dominiais	1.211.791	1.551.574	-21,9%
Fornecimentos e serviços diversos	277.078	234.765	18,0%
TOTAL...	2.844.174	3.175.860	-10,4%

Em relação aos fornecimentos e serviços externos, apresentam-se no seguinte quadro as principais componentes desta rubrica.

Durante o exercício de 2011, procedeu-se a um controlo criterioso dos gastos tendo por referencial o orçamento estabelecido para o ano e as orientações definidas para o Setor Empresarial do Estado. No entanto, registaram-se acentuados acréscimos em algumas componentes que refletem não só acréscimo parcelares na atividade operacional mas, sobretudo, mudanças ao nível tarifário e de atualizações de preços. É o caso dos gastos com fornecimento de energia elétrica onde se observam aumentos de 16,0% face ao ano de 2010, e, dos combustíveis, com um acréscimo de 18,5% em relação ao mesmo período. Contudo, refira-se que, relativamente à energia elétrica (assim como também quanto à água) existe contrapartida em termos de rendimentos por via do seu fornecimento às instalações e edifícios da APVC situadas na sua área de jurisdição e ocupadas por terceiros.

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	2011	2010	Variação
Dragagens	112.005	1.287.000	-91,3%
Electricidade	224.190	193.347	16,0%
Conservação e reparação (excepto dragagens)	177.964	164.568	8,1%
Água	62.281	63.206	-1,5%
Vigilância e segurança	64.311	61.946	3,8%
Comunicação	29.735	34.518	-13,9%
Trabalhos especializados	23.571	27.418	-14,0%
Seguros	27.814	26.526	4,9%
Combustíveis	24.652	20.808	18,5%
Outros fornecimentos e serviços externos	32.237	33.771	-4,5%
TOTAL...	778.759	1.913.109	-59,3%

A evolução da situação patrimonial é evidenciada no seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

SITUAÇÃO PATRIMONIAL	2011		2010		Variação
	Euros	%	Euros	%	
ATIVO NÃO CORRENTE	2.863.743	41,9%	2.721.743	40,1%	5,2%
Ativos fixos tangíveis	2.863.743	41,9%	2.721.743	40,1%	5,2%
ATIVO CORRENTE	3.964.138	58,1%	4.070.063	59,9%	-2,6%
Clientes	380.562	5,6%	347.530	5,1%	9,5%
Estados e outros entes públicos	102.695	1,5%	116.395	1,7%	-11,8%
Outras contas a receber	456.012	6,7%	503.216	7,4%	-9,4%
Caixa e depósitos bancários	2.945.985	43,1%	3.078.572	45,3%	-4,3%
Outros ativos correntes	78.883	1,2%	24.350	0,4%	223,9%
TOTAL DO ATIVO	6.827.881	100,0%	6.791.806	100,0%	0,5%
CAPITAL PRÓPRIO	5.314.617	77,8%	4.930.972	72,6%	7,8%
PASSIVO NÃO CORRENTE	638.665	9,4%	632.764	9,3%	0,9%
PASSIVO CORRENTE	874.599	12,8%	1.228.069	18,1%	-28,8%
Fornecedores	62.291	0,9%	294.840	4,3%	-78,9%
Estado e outros entes públicos	61.368	0,9%	69.177	1,0%	-11,3%
Outras contas a pagar	348.909	5,1%	344.772	5,1%	1,2%
Outros passivos correntes	402.031	5,9%	519.281	7,6%	-22,6%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	6.827.881	100,0%	6.791.806	100,0%	0,5%

O valor do ativo líquido apresentou um acréscimo de 0,5% relativamente a 2010, fruto, essencialmente, do aumento registado no valor de negócio da Empresa, conforme estudo independente reportado a 31 de dezembro de 2011. Esse valor de negócio está refletido no valor atribuídos aos ativos não correntes (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis), que, de 2.721 milhares de euros em 2010 passou para 2.863 milhares de euros em 2011.

É de destacar a significativa redução do passivo corrente (-29% face ao ano de 2010), onde pontifica a forte diminuição dos saldos de fornecedores em 233 milhares de euros.

Indicadores económico-financeiros

	2011	2010	VARIAÇÃO
INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
GASTOS OPERACIONAIS / EBITDA	1,11	5,70	-80,5%
GASTOS COM PESSOAL / EBITDA	0,75	2,89	-74,2%
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO			
DÍVIDA / CAPITAL PRÓPRIO	0,16	0,25	-33,9%
AUTONOMIA FINANCEIRA (CAPITAL PRÓPRIO / ACTIVO TOTAL)	0,78	0,73	6,8%
SOLVABILIDADE (CAPITAL PRÓPRIO / PASSIVO TOTAL)	6,08	2,65	129,4%
LIQUIDEZ (ACTIVO CORRENTE / PASSIVO CORRENTE)	4,53	3,31	36,9%
PRAZOS MÉDIOS			
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (RCM 34/2008)	27	35	-22,9%
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	49	40	22,5%
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO			
MARGEM EBITDA	0,88	0,23	290,1%
MARGEM EBIT	0,05	0,07	-22,9%
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO			
RESULTADO LÍQUIDO / CAPITAL INVESTIDO	0,03	0,04	-25,0%
RESULTADO LÍQUIDO / CAPITAIS PRÓPRIOS	0,04	0,06	-33,3%

10. ÓRGÃOS DE GESTÃO

A APVC dispõe dos seguintes órgãos de gestão:

- A Assembleia-geral, presidida pelo Município de Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara Municipal e secretariada pela Dra. Maria da Graça Lima Campos Gouveia Neves Miranda Lopes.
- O Conselho de Administração, que em função do Decreto-Lei que criou a empresa é o mesmo da Administração dos Portos do Douro e Leixões, presidido pelo Eng.º João Pedro Soeiro de Matos Fernandes e tendo como vogais o Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias e o Dr. Amadeu Ferreira Rocha.
- O Fiscal Único é a PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ROC, tendo como suplente José Manuel Henriques Bernardo.

11. GESTÃO DE RISCO

Os mecanismos de gestão do risco na APVC, que agora completa o seu terceiro ano como empresa, estão ainda em fase de reavaliação.

Os riscos principais podem descrever-se da seguinte forma:

1. Um número reduzido de clientes que é responsável por uma importante parcela da carga facta que obriga a um acompanhamento muito próximo dos clientes para evitar o risco de perda;
2. Uma localização num espaço com grande valia ambiental – obriga a uma gestão cuidada da margem direita em proximidade com a autarquia e ao respeito das regras e legislação ambiental no setor comercial do porto;
3. Uma concorrência portuária forte com as tarifas da APVC a serem aprovadas pelo regulador pelo que se confia que, em relação aos portos nacionais, a justiça das tarifas praticadas seja avaliada em conjunto com as dos restantes portos;
4. Uma atividade com riscos operacionais que faz com que a empresa disponha de normas de Segurança Marítima e Portuária e de Plano de Proteção das Instalações Portuárias no âmbito do cumprimento do código ISPS (*International Ship and Security Code*).

12. PERSPETIVAS FUTURAS

As perspetivas para o ano de 2012 são as de continuar e consolidar a recuperação da carga no porto de Viana do Castelo, tendência que acreditamos se prolongará pelos anos seguintes.

Os valores considerados em orçamento, e que se reproduzem, parecem até ser conservadores em face dos contactos comerciais e dos volumes efetivamente registados ao longo do ano de 2011, sobretudo no segundo semestre.

MOVIMENTO	2011	2012	2013	2014
Navios				
Número	203	235	247	259
Arqueação Bruta (GT)	902.157	1.110.274	1.165.788	1.224.077
Mercadoria				
Geral fraccionada	329.371	360.500	389.340	424.381
Granéis sólidos	129.532	165.000	178.200	194.238
Granéis líquidos	26.164	20.000	21.600	23.544
Contentores	5.426	4.500	4.860	5.297
Total (Toneladas)	490.493	550.000	594.000	647.460

Ao nível dos grandes investimentos, o ano de 2012 será o ano da finalização, entrega e entrada em funcionamento do novo porto de pesca e aquele em que se estima terá início a concessão para as marinas da cidade de Viana do Castelo.

A previsão para as dragagens de manutenção é de 0,5 milhões de euros, já substancialmente abaixo do esforço financeiro feito nos dois primeiros anos e que permitiu alcançar uma acessibilidade marítima segura e franca. No entanto, importa continuar a assegurar e manter o apoio público (PIDDAC) para esta despesa nos próximos anos.

No primeiro semestre de 2011 foi formalizada a constituição da comunidade portuária de Viana do Castelo presidida pelo prof. Doutor Daniel Bessa que se espera venha a desenvolver, com crescente intensidade, o seu papel de parceira no desenvolvimento do negócio portuário e da afirmação do PVC nas cadeias logísticas dos seus principais clientes e territórios de influência.

13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o previsto nos Estatutos da Sociedade, propõe-se a seguinte aplicação de resultados líquidos de 2011, no valor de €233.484,02:

- 100% levados a resultados transitados, no montante de €233.484,02.

O montante dos resultados transitados destina-se a dar resposta parcial ao importante esforço de investimentos do ano de 2012.

Viana do Castelo, 21 março de 2012

O Conselho de Administração,

João Pedro Matos Fernandes

Emílio Brògueira Dias

Amadeu Ferreira Rocha

Relatório
e Contas

2011

II – DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Cap. II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2011	31.12.2010
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.863.743	2.721.743
Ativos intangíveis	6	-	-
		2.863.743	2.721.743
Ativo corrente			
Inventários	7	350	475
Clientes	8	380.562	347.530
Estado e outros entes públicos	9	102.695	116.395
Acionistas/Sócios	10	49.336	9.311
Outras contas a receber	11	456.012	503.216
Diferimentos	12	29.197	14.564
Caixa e depósitos bancários	4	2.945.985	3.078.572
		3.964.138	4.070.063
Total do ATIVO		6.827.881	6.791.806
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	50.000	50.000
Reservas legais	14	10.677	10.677
Outras reservas	15	2.853.926	2.740.969
Resultados transitados	16	395.138	94.551
Outras variações no capital próprio	17	1.771.392	1.734.188
Resultado líquido do período	19	233.484	300.587
Total do Capital Próprio		5.314.617	4.930.972
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	20	-	7.513
Passivos por impostos diferidos	21	638.665	625.251
		638.665	632.764
Passivo corrente			
Fornecedores	22	62.291	294.840
Estado e outros entes públicos	9	61.368	69.177
Outras contas a pagar	23	348.909	344.772
Diferimentos	12	402.031	519.281
		874.599	1.228.069
Total do Passivo		1.513.264	1.860.833
Total do Capital Próprio e do Passivo		6.827.881	6.791.806

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Unidade monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2011	2010
Vendas e serviços prestados	+	24	2.844.318	3.176.001
Subsídios à exploração	+	12	115.755	1.294.250
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(29)	(70)
Fornecimentos e serviços externos	-	25	(778.759)	(1.913.109)
Gastos com pessoal	-	26	(1.868.316)	(2.074.764)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+	7	(312)	(212)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	8	(47.385)	(26.609)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	20	7.513	(7.513)
Outros rendimentos e ganhos	+	27	2.331.340	333.898
Outros gastos e perdas	-	28	(137.670)	(98.652)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		2.466.455	683.220
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5, 6	(1.902.532)	(1.981.954)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	5, 6	(407.494)	1.525.150
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		156.429	226.416
Juros e rendimentos similares obtidos	+	29	80.129	77.204
Juros e gastos similares suportados	-		-	(97)
Resultado antes de impostos	=		236.558	303.524
Imposto sobre rendimento do período	-/+	18	(3.074)	(2.937)
Resultado líquido do período	=	19	233.484	300.587

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Unidade monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2011	2010
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		3.001.490	3.030.577
Pagamentos a fornecedores		(1.259.607)	(1.660.311)
Pagamentos ao pessoal		(1.963.458)	(1.982.470)
Caixa gerada pelas operações		(221.575)	(612.204)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(43.099)	(12.248)
Outros recebimentos/pagamentos		(461)	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(265.135)	(624.452)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2.253.998)	(761.005)
Ativos intangíveis		(3.579)	-
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	17	2.259.771	555.000
Juros e rendimentos similares		130.354	49.338
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		132.548	(156.667)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de Financiamento			850.000
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			(97)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	849.903
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		(132.587)	68.784
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.078.572	3.009.788
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.945.985	3.078.572

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	50.000	-	1.615.392		1.541.931	105.228	3.312.550
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido de 2009		-	10.677	-	94.551	-	(105.228)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	5 e 17	-	-	1.125.578	-	192.257	-	1.317.835
	2	-	10.677	1.125.578	94.551	192.257	(105.228)	1.317.835
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	-	-	300.587	300.587
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	-	-	-	-	1.426.165	1.426.165
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	5=1+2+3	50.000	10.677	2.740.969	94.551	1.734.188	300.587	4.930.972

Nota: O Resultado integral não inclui o valor relativo às "Outras variações nos capitais próprios" (subsídios ao investimento)

Unidade monetária: Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6	50.000	10.677	2.740.969	94.551	1.734.188	300.587	4.930.972
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido de 2010		-	-	-	300.587	-	(300.587)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	5 e 17	-	-	112.956	-	37.204	-	150.161
	7	-	-	112.956	300.587	37.204	(300.587)	150.161
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	-	-	-	-	-	233.484	233.484
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	-	-	-	-	-	346.441	346.441
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	10=6+7+8	50.000	10.677	2.853.926	395.138	1.771.392	233.484	5.314.617

Nota: O Resultado integral não inclui o valor relativo às "Outras variações nos capitais próprios" (subsídios ao investimento)

Relatório
e Contas

2011

III – ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Cap. III – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Administração do Porto de Viana do Castelo, S. A. (doravante designada de Empresa ou por APVC), é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada através do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, tendo o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

A Empresa foi constituída com um capital social de 50 milhares de euros, integralmente subscrito e realizado pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A. – abreviadamente designada por “APDL”.

A Empresa tem por objeto a administração do porto de Viana do Castelo, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

A Empresa tem competências para:

- a) Atribuição de usos privativos e definição da respetiva utilidade pública para efeitos de concessão, relativamente aos bens do domínio público que lhe estão afetos, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção de licença ou concessão;
- b) Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) Fixação das taxas a cobrar pela utilização, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) Exercer os poderes de autoridade do Estado quanto à liquidação e cobrança, voluntária e coerciva, de taxas que lhe sejam devidas nos termos da lei e, bem assim, dos rendimentos provenientes da sua atividade, sendo os créditos correspondentes equiparados aos créditos do Estado e constituindo título executivo as faturas, certidões de dívida ou títulos equivalentes;
- f) Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- g) Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização;
- h) Assegurar, de acordo com o regime legal aplicável, o exercício das atribuições em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição.

Pelo n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro de 2008, transitaram para a APVC, S.A. a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. abreviadamente designado por IPTM, I.P. afetos ou que diziam respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente viaturas, embarcações e demais equipamentos, constantes da relação que constitui o anexo III ao decreto-lei mencionado, pelo n.º 2 do mesmo artigo ficam afetos à APVC, S.A. todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, I.P. dentro da área do domínio público, definido pelo artigo n.º 7 do mesmo Decreto-Lei, ainda que sem descrição ou inscrição predial.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2012. É opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Administração do Porto de Viana do Castelo S.A., bem como a sua posição e performance financeiras, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2011. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o princípio do custo histórico, exceto quanto aos ativos que transitaram do IPTM, I.P. referidos na Nota Introdutória (ver Nota 3.2).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.16.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos

As administrações portuárias acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) datado de 3 de Janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

Reconhecimento

i. Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – *Concessões – Bens a reverter* (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – *Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público* e 4452 – *Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos*) por contrapartida da conta 282 - *Rendimentos a reconhecer*.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida da conta 282 - *Rendimentos a reconhecer*.

O ativo deverá ser amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – *Reservas não distribuíveis – Concessões*.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – *Concessões – Bens a reverter*. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – *Reservas não distribuíveis – Concessões* será transferido para a conta 595 – *Outras variações no capital próprio – Concessões*.

ii. Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas uteis e respetiva amortização/depreciação;
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – *Edifícios e outras construções* por contrapartida de 78 - *Outros Rendimentos e Ganhos*.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Entrada em vigor em 2012

A APVC iniciará a aplicação da nova política contabilística no período que se inicia em 1 de janeiro de 2012.

Assim, considerando a impossibilidade de uma mensuração fiável, mas com o intuito de uma total transparência das contas, a Empresa procede à divulgação dos ativos que, ao abrigo dos contratos de concessão, revertam no final dos respetivos contratos para a APVC:

Designação legal da empresa	Data de início	Prazo	Bens da Concessão	Valor Líquido Contabilístico 2010 (milhares de euros)
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	01.04.1981	50 anos	Docas secas, cais de amarração, bacia de aprestamento, edifícios, 2 fábricas, terraplenos, infraestruturas e equipamentos fixos	(i)
SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	12.02.1990	5 anos (renovável por iguais períodos)	Armazém e demais instalações e infraestruturas que constituem o terminal de recepção, armazenagem e distribuição de cimento	227,2
Câmara Municipal de Viana do Castelo	15.02.2001	30 anos	Edifícios e armazéns de diversa natureza, infraestruturas e equipamentos fixos existentes no Parque Empresarial da Praia Norte	2.621,90
Galp Comercialização Portugal, Lda.	08.10.1997	25 anos	Silos, instalações de apoio, equipamentos fixos e infraestruturas que constituem o terminal de recepção, armazenamento, ensacamento e comercialização de asfaltos	(i)

(i) Até à data da conclusão deste relatório não foi obtida resposta à informação solicitada.

Contudo, apesar desta ser a política a adotar pela APVC no que se refere aos ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos, o impacto da mesma no balanço da Empresa é nulo. Conforme referido na nota 3.4, os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto de o valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso.

A imparidade apurada, por se tratar de uma imparidade do negócio é alocada, numa base prorrata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, por forma a que o valor líquido contabilístico de tais ativos seja reduzido ao valor do negócio apurado pelo referido estudo.

A contrapartida do registo de tais ativos no balanço da Empresa seria efetuada numa rubrica de proveitos diferidos que, em função da imparidade que se reconhecesse sobre os mesmos, daria lugar, também, a um rendimento equivalente ao valor da imparidade.

Por fim, e no que se refere à concessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, em função da perspetiva da sua privatização, a reversão dos ativos desta concessão para a Empresa poderá não estar assegurada.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos / recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos / transações.

3.2 Ativos Fixos Tangíveis

A Empresa possui responsabilidades legais na gestão de bens do domínio público, contribuindo estes para o desenvolvimento dos objetivos sociais estatuídos pelo Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro.

Os ativos fixos tangíveis integrados à data de constituição da Empresa (ver Introdução a este Anexo), foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os gastos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis, quando existam, são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como gasto no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídas no custo do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis objeto de avaliação patrimonial, são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas situadas dentro dos intervalos especificados no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro (restantes bens), as quais se considera refletirem a vida útil esperada dos bens. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Edifícios			
Vidas úteis	8 a 24	3 a 11	4	5
Taxas de depreciação	4,17% a 12,50%	9,09% a 33,33%	25,00%	20,00%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, e as suas atribuições referidas na Nota introdutória, o valor recuperável é determinado como o valor de uso dos ativos, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos ativos afetos às atividades desenvolvidas pela Empresa.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

3.3 Ativos Intangíveis

O custo de aquisição de *software* e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do *software* disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

3.4 Imparidade de ativos

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto de o valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas demonstrações financeiras pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

Em cada data de relato é avaliada a possível reversão e/ou reforço da perda por imparidade. Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa, base prorrata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, da seguinte forma:

- (i) Bens adquiridos pela Empresa após a data da constituição:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em resultados.

- (ii) Bens que transitaram da esfera do IPTM, e integrados na Empresa:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em capitais próprios. Em termos jurídicos a “Reserva de Constituição” resultante da integração dos bens que transitaram do IPTM não é passível de distribuição, mas poderá ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, pelo que o registo das variações de imparidade dos ativos que lhe deram origem, são registados numa subconta desta rubrica.

O valor de uso dos ativos fixos tangíveis e intangíveis sujeitos a testes de imparidade é calculado com base em projeções de fluxos de caixa futuros, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 10 anos. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e refletem riscos específicos relacionados com os ativos da Empresa.

3.5 Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui os gastos para as colocar no seu estado atual. O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor das mercadorias, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

3.6 Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamento de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7 Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo

corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes a caixa.

3.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.9 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.10 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da

realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.12 Subsídios e apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base prorrata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.13 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.14 R dito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito   registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.15 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a empresa tenha uma obriga o legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente   qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obriga o.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de caráter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legisla o e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redu o dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplica o viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes   minimiza o do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produ o de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios econ micos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em rela o aos encargos de caráter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de caráter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de caráter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

3.16 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstra es financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando   data de cada relato a melhor estimativa da Administra o, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

(i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(ii) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

(iii) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2011			31.12.2010		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	47.943	-	47.943	141	-	141
	Subtotais	47.943	-	47.943	141	-	141
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	2.898.042	-	2.898.042	273.431	-	273.431
	Outros depósitos bancários	-	-	-	2.805.000	-	2.805.000
	Subtotais	2.898.042	-	2.898.042	3.078.431	-	3.078.431
Totais		2.945.985	-	2.945.985	3.078.572	-	3.078.572

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Não existem, em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Edifícios					
Em 01/01/2010	Quantias brutas escrituradas	55.806.578	1.106.189	120.508	186.664	303.679	57.523.618
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(54.231.907)	(1.074.976)	(117.089)	(181.397)	(295.110)	(55.900.478)
	Quantias líquidas escrituradas	1.574.671	31.213	3.420	5.267	8.569	1.623.139
Adições		-	48.230	18.542	-	360.454	427.226
Transferências		-	599.000	-	-	(599.000)	-
Depreciações		(1.659.807)	(227.559)	(50.023)	(34.817)	-	(1.972.206)
Perdas por imparidade		2.748.080	(399.099)	29.894	31.428	233.281	2.643.584
Em 31/12/2010 (01/01/2011)	Quantias brutas escrituradas	55.806.578	1.753.419	139.050	186.664	65.133	57.950.843
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(53.143.635)	(1.701.633)	(137.217)	(184.786)	(61.829)	(55.229.100)
	Quantias líquidas escrituradas	2.662.943	51.785	1.833	1.878	3.304	2.721.743
Adições		1.750	10.950	8.467	4.986	2.310.006	2.336.160
Depreciações		(1.658.479)	(189.859)	(21.968)	(24.993)	-	(1.895.299)
Perdas por imparidade		1.685.112	171.701	12.866	19.030	(2.187.569)	(298.861)
Em 31/12/2011	Quantias brutas escrituradas	55.808.328	1.764.369	147.517	191.650	2.375.139	60.287.003
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(53.117.001)	(1.719.791)	(146.319)	(190.749)	(2.249.399)	(57.423.260)
	Quantias líquidas escrituradas	2.691.327	44.577	1.198	901	125.741	2.863.743

Os ativos fixos tangíveis em curso, em 31 de dezembro de 2011, eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Descrição	Valor
Acesso rodoviário ao porto	221.229
Reordenamento da frota de pesca do porto	2.052.914
Reacondicionamento dos guindastes elétricos Mague	16.932
Reacondicionamento do Molhe Norte	84.064
	2.375.139

A generalidade dos edifícios e construções que integram o ativo fixo tangível foram edificadas em terrenos do domínio público do Estado afeto à APVC.

O peso relativo destes bens construídos em terrenos do domínio público, contabilizados na conta 432 – Edifícios e outras construções, é evidenciado no seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

	Valor
Valor bruto total	55.808.328
Valor bruto dos imóveis e instalações construídos em terrenos do Domínio Público	55.808.328

Por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi aprovada a avaliação patrimonial efetuada aos bens iniciais do ativo da Empresa, pelo valor total de €57.249.720, dos quais 57.204 milhares de euros relativos a ativos fixos tangíveis, consoante a seguinte discriminação:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis	Valor inicial
Edifícios e outras construções	55.803.820
Equipamento básico	1.103.525
Equipamento administrativo	112.679
Outros ativos fixos tangíveis	184.067
	57.204.091

Estes bens encontram-se evidenciados no Balanço da Empresa a 31 de dezembro de 2011 e 2010, no ativo, na rubrica “Ativos fixos tangíveis” e em capital próprio, na rubrica “Outras reservas”, considerando as perdas por imparidade acumuladas.

Conforme referido nas Notas 3.2 e 3.4, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto de o valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante dos testes de imparidade, corresponde ao valor de uso dos ativos. Assim, no final do exercício de 2009, em função dos testes realizados pela Empresa, baseados em projeções futuras de cash-flows, foi reconhecida uma perda por imparidade sobre os referidos ativos no montante de €53.581.059. No final do exercício de 2010, a perda por imparidade, em termos líquidos, foi revertida em € 2.650.728. Já no final do exercício de 2011, em função da atualização do estudo levado a cabo pela Empresa, a perda por imparidade, em termos líquidos, foi acrescida em € 294.538.

Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma é efetuada numa, base prorrata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, da seguinte forma:

- (i) Bens adquiridos pela Empresa após a data da constituição:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em resultados.

- (ii) Bens que transitaram da esfera do IPTM, e integrados na Empresa:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em capitais próprios. Em termos jurídicos a “Reserva de Constituição” resultante da integração dos bens que transitaram do IPTM não é passível de distribuição, podendo ser, contudo, utilizada em aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, pelo que o registo

das variações de imparidade dos ativos que lhe deram origem, são registados numa subconta desta rubrica.

Pelo facto de os estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, consequentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso pela Empresa ter levado em consideração (i) os investimentos em curso e a realizar a médio prazo e (ii) que a realização de tais investimentos só serão possíveis caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis, a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis que no final de cada relato financeiro se encontram em curso. Assim durante os exercícios de 2011 e de 2010, os movimentos registados nas demonstrações financeiras da Empresa, relacionados com a imparidade sobre ativos fixos tangíveis e intangíveis, analisa-se como segue:

(valores expressos em euros)

	31.12.2009	Reforço - por resultados	Reversão - por resultados (i)	Reversão - por capitais próprios	31.12.2010
Ativos transferidos do IPTM					
Tangível	53.249.168	-	(1.897.818)	(1.125.577)	50.225.773
Intangível	2.515	-	(2.515)	-	-
Ativos adquiridos após a constituição da Empresa					-
Tangível	309.620	405.553	(23.139)	-	692.035
Intangível	19.756	-	(7.233)	-	12.523
	53.581.059	405.553	(1.930.704)	(1.125.577)	50.930.331

(valores expressos em euros)

	31.12.2010	Reforço - por resultados	Reversão - por resultados (i)	Reversão - por capitais próprios	31.12.2011
Ativos transferidos do IPTM					
Tangível	50.225.773	-	(1.737.696)	(112.956)	48.375.121
Intangível	-	-	-	-	-
Ativos adquiridos após a constituição da Empresa					-
Tangível	692.035	2.212.482	(62.969)	-	2.841.548
Intangível	12.523	2.910	(7.233)	-	8.200
	50.930.331	2.215.392	(1.807.898)	(112.956)	51.224.869

(i) A Empresa reverte, numa primeira fase, um valor de imparidade equivalente às depreciações registadas no exercício, tendo por base a taxa de imparidade apurada no exercício anterior.

Caso a Empresa não tivesse procedido ao reconhecimento de imparidade sobre os seus ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, o resultado líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 seria como segue:

(valores expressos em euros)

	2011	2010
Resultado líquido do exercício	233.484	300.587
Impacto do reconhecimento de imparidade:		
- Ativos fixos tangíveis e intangíveis	407.494	(1.525.150)
- Subsídios ao investimento	(2.167.946)	(299.927)
Resultado líquido do exercício sem o efeito do reconhecimento de imparidade	(1.526.968)	(1.524.490)

6. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Ativos intangíveis		Programas de computador	Propriedade industrial	Ativos intangíveis em curso	Totais
			Marcas comerciais		
Em 31.12.2009 (01.01.2010)	Quantias brutas escrituradas	66.629	700	-	67.329
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(66.629)	(194)	-	(66.824)
	Quantias líquidas escrituradas	(0)	506	-	505
Amortizações		(9.515)	(233)	-	(9.748)
Perdas por imparidade		9.515	(272)	-	9.242
Em 31.12.2010 (01.01.2011)	Quantias brutas escrituradas	66.629	700	-	67.329
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(66.630)	(700)	-	(67.330)
	Quantias líquidas escrituradas	(0)	-	-	(0)
Adições		-	-	2.910	2.910
Amortizações		(6.999)	(233)	-	(7.233)
Perdas por imparidade		6.999	233	(2.910)	4.323
Em 31.12.2011	Quantias brutas escrituradas	66.629	700	2.910	70.239
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(66.630)	(700)	(2.910)	(70.240)
	Quantias líquidas escrituradas	(0)	-	-	(0)

Como já foi referido na nota 6, foi aprovada por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a avaliação patrimonial efetuada aos bens iniciais do ativo da Empresa, pelo valor total de €57.249.720, cuja componente relativa a ativos intangíveis era a seguinte:

Ativos intangíveis	Valor inicial
Programas de computador	45.629

Estes bens encontram-se evidenciados no Balanço em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no ativo, na rubrica “Ativos intangíveis” e em capital próprio na rubrica “Outras reservas”, considerando as perdas por imparidade acumuladas.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários	31.12.2011			31.12.2010		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Mercadorias	662	(312)	350	687	(212)	475
Totais	662	(312)	350	687	(212)	475

8. Clientes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Clientes” tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros: Clientes	31.12.2011			31.12.2010		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Clientes c/c	380.562	-	380.562	347.530	-	347.530
Clientes de cobrança duvidosa	93.951	(93.951)	-	45.566	(45.566)	-
Totais	474.513	(93.951)	380.562	393.095	(45.566)	347.530

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos na rubrica de imparidades acumuladas foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Ajustamentos de clientes	Cientes c/c	Cientes de cobrança duvidosa	Totais
Perdas por imparidade acumuladas em 01.01.2010	-	19.957	19.957
Reforços de perdas de imparidade não revertidas no período	-	26.609	26.609
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2010 (01.01.2011)	-	46.566	46.566
Reforços de perdas de imparidade não revertidas no período	-	47.385	47.385
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2011	-	93.951	93.951

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos devedores com o “Estado e outros entes públicos” eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos (saldos devedores)	31.12.2011	31.12.2010
	Quantias brutas	Quantias brutas
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	102.695	116.395
Totais	102.695	116.395

O saldo devedor de IVA tem origem na aquisição e construção de ativos fixos tangíveis que, pela sua magnitude, têm dado lugar a um excedente de IVA dedutível relativamente ao IVA liquidado no âmbito da atividade da Empresa.

Por outro lado, e às mesmas datas de reporte, os saldos credores tinham a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Estado e outros entes públicos (saldos credores)	31.12.2011	31.12.2010
	Quantias brutas	Quantias brutas
Retenção de impostos sobre rendimentos	27.267	33.085
Contribuições para a Segurança Social	34.101	36.092
Totais	61.368	69.177

10. Acionistas

O capital social da Empresa é detido a 100% pela APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., com sede em Leça da Palmeira. As contas da Empresa serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da APDL, SA.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos devedores com a APDL eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Transações com as partes relacionadas		Período 2011	Período 2010
		Acionistas	Acionistas
Empresa-mãe	APDL	49.336	9.311
Totais		49.336	9.311

Estes saldos têm origem nas retenções na fonte, em sede de IRC, de que a Empresa foi objeto, deduzidas do imposto corrente apurado no período, conforme o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Demonstração dos saldos devedores de Acionistas	Período 2011	Período 2010
	Valor Bruto	Valor Bruto
IRC - Retenção na fonte	43.099	12.248
IRC - Imposto corrente	(3.074)	(2.937)
Totais	40.025	9.311

11. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Outras contas a receber	31.12.2011			31.12.2010		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Devedores por acréscimos de rendimentos	456.012	-	456.012	503.216	-	503.216
Totais	456.012	-	456.012	503.216	-	503.216

Estes saldos referem-se a rendimentos reconhecidos em cada um dos períodos, cuja receita só irá obter-se no período seguinte.

Parte significativa deste saldo refere-se a penalidades contratuais a aplicar, pelo facto das quantidades anuais movimentadas terem ficado abaixo dos mínimos estabelecidos contratualmente.

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava os seguintes saldos devedores:

(valores expressos em euros)

Diferimentos (saldos devedores)	31.12.2011	31.12.2010
	Quantias brutas	Quantias brutas
Gastos a reconhecer	29.197	14.564
Totais	29.197	14.564

Parte significativa dos gastos a reconhecer refere-se a prémios de seguros, o qual é pago antecipadamente.

Por outro lado, reportados às mesmas datas, os saldos credores eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Diferimentos (saldos credores)	31.12.2011	31.12.2010
	Quantias brutas	Quantias brutas
Subsídios à exploração	273.320	389.075
Receitas de licenças de exploração	82.331	82.720
Receitas da marina	46.380	47.486
Totais	402.031	519.281

Os subsídios à exploração referem-se à comparticipação financeira do Estado na realização das dragagens de emergência e manutenção destinadas a assegurar as condições de navegabilidade na barra e canal de acesso ao porto de Viana do Castelo. Esses subsídios tiveram origem no PIDDAC (Cap. 50.º) e no protocolo celebrado em 2009 com o IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P., nos termos do qual esse Instituto procedeu à transferência de 850 milhares de euros, destinados à comparticipação em 50% desses gastos.

(valores expressos em euros)

Subsídios à exploração	Medida de incentivo			Subsídios 2011			Subsídios 2010			
	Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Recebidos	Aplicados	Saldo acumulado	Recebidos	Aplicados	Saldo acumulado	
Não reembolsáveis	PIDDAC	Proj. 6686	GPRI	Realização de dragagens	-	(56.002)	150.498	850.000	(643.500)	206.500
	IPTM	Protocolo	IPTM	Realização de dragagens e gastos conexos	-	(59.752)	122.823	-	(650.750)	182.575
Totais					-	(115.755)	273.320	850.000	(1.294.250)	389.075

Os rendimentos a reconhecer incluem, também, (i) o rendimento resultante da atribuição de licenças na área de jurisdição do porto, as quais se encontram a ser geridas pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, ao abrigo do protocolo firmado com esta Entidade e (ii) o rendimento resultante dos utilizadores da marina de Viana do Castelo. A remuneração da generalidade das licenças e rendimentos da Marina é antecipada, pelo que o correspondente rendimento é diferido, sendo reconhecido em resultados de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

13. Capital social

Conforme estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, que criou a APVC, e no artigo 5.º dos Estatutos anexos ao referido diploma, o capital social foi fixado em €50.000, inteiramente subscrito e realizado pela APDL, constituído por 10.000 ações, com o valor nominal de €5 cada.

As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

Entretanto, o Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 27 de abril de 2010, veio aprovar a avaliação patrimonial dos ativos fixos tangíveis da APVC e determinar que o aumento de capital da sociedade poderá, no limite, ser aumentado para 1,6 milhões de euros em resultado do teste da imparidade realizado no final do ano de 2009.

No entanto, a Empresa não promoverá o referido aumento de capital social sem obter parecer favorável ao Pedido de Informação Vinculativa feito à Direção Geral dos Impostos em 22.12.2010, que visa confirmar os entendimentos jurídico-tributários que a sociedade tem sobre a avaliação do seu património, a perda de imparidade e os subsídios ao investimento, nos termos que se seguem:

- (i) “A variação patrimonial positiva ocorrida na esfera da APVC, em 2009, decorrente do património do IPTM na sua esfera, no montante de €57.249.720,07, consubstancia-se numa entrada de capital feita pelo acionista – a APDL, no exercício da função acionista do Estado – enquadrável na alínea a) do referido n.º 1 do artigo 21.º do CIRC, e, portanto, não concorre para a formação do lucro tributável da APVC no exercício de 2009, nem tem qualquer implicação fiscal na esfera da APDL;
- (ii) A perda de imparidade relativa ao negócio registada pela APVC e sua posterior reversão não têm qualquer relevância fiscal na esfera da APVC;
- (iii) O valor a considerar para efeito do cálculo das depreciações / amortizações dos bens transferidos do IPTM para a APVC corresponde ao valor da avaliação aprovado pelo Despacho Conjunto (€57.249.720,07);

- (iv) O subsídio ao investimento será incluído (na sua totalidade) no lucro tributável da APVC, na proporção da depreciação / amortização praticada sobre o custo de aquisição dos bens, aquando da sua entrada em funcionamento ou utilização, em conformidade com o disposto no artigo 22.º do CIRC”.

14. Reservas legais

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Reservas legais	Totais
Reservas legais em 01.01.2010	-
Aplicação do resultado	10.677
Reservas legais em 31.12.2010 (01.01.2011)	10.677
Aplicação do resultado	-
Reservas legais em 31.12.2011	10.677

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja 20% do capital social, em conformidade com o montante legalmente exigido (cf. artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais). A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2011 esta reserva já se encontrava totalmente constituída.

15. Outras reservas

A rubrica de “Outras reservas” refere-se à contrapartida da integração no ativo da Empresa, dos bens destacados da esfera do IPTM, ao abrigo do estabelecido no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro e que, conforme mencionado na nota 5, apresenta a crédito o valor de avaliação desses ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis no montante de €57.249.720.

A débito está registada a perda por imparidade relativa a esses mesmos bens, a qual, na sequência de um estudo efetuado com referência a 31 de dezembro de 2011, era de €54.395.794.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Outras reservas	Totais
Outras reservas em 01.01.2010	1.615.392
Perdas por imparidade (ver Nota 5)	1.125.578
Outras reservas em 31.12.2010 (01.01.2011)	2.740.969
Reversão de perdas por imparidade (ver Nota 5)	112.956
Outras reservas em 31.12.2011	2.853.926

16. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Resultados transitados	Totais
Resultados transtados em 01.01.2010	-
Aplicação	104.991
Alterações das políticas contabilísticas	(10.439)
Resultados transitados em 31.12.2010 (01.01.2011)	94.551
Aplicação	300.587
Resultados transitados em 31.12.2011	395.138

17. Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” regista os subsídios ao investimento recebidos pela APVC e as respetivas amortizações / perdas por imparidade e impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

	01.01.2010	Movimentos no exercício	31.12.2010	Movimentos no exercício	31.12.2011
Subsídios recebidos e/ou a receber	2.392.975	555.000	2.947.975	2.259.771	5.207.746
Reconhecido como rendimento (i)	-	(6.599)	(6.599)	(41.206)	(47.805)
Imparidade - Rendimento reconhecido (iii)	(295.110)	(286.827)	(581.937)	(2.167.946)	(2.749.883)
Valor líquido	2.097.865	261.574	2.359.439	50.618	2.410.057
Imposto diferido passivo (ver Nota 21) (ii)	(555.934)	(69.317)	(625.251)	(13.414)	(638.665)
Outras variações nos capitais próprios	1.541.931	192.257	1.734.188	37.204	1.771.392

(i) Segundo o parágrafo 12 da NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo – os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios (Outras variações nos capitais próprios), devendo ser imputados, numa base sistemática, como rendimento, durante os períodos necessários para balancearem-nos com os gastos relacionados que pretende que se compensem.

(ii) A existência de subsídios atribuídos à Empresa não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, a quantia contratualizada com a entidade gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto e, também, a necessidade de efetuar o reconhecimento do passivo fiscal (passivo por imposto diferido) que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no período.

(iii) Pelo facto da perda por imparidade referida na Nota 5 ter sido distribuída, de uma forma proporcional, pelos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis da Empresa, foi também reconhecido um rendimento proporcional à perda por imparidade alocada aos bens subsidiados (2.207.062 euros em outros ganhos (ver Nota 27) e 39.116 euros em Outros gastos (ver Nota 28).

18. Imposto do exercício

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro, cinco ou seis anos (seis anos para os prejuízos gerados até 2009, quatro anos para os gerados durante o exercício de 2010 e cinco anos para os gerados no exercício de 2011). Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2011	2010
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	26,50%	26,50%

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

(valores expressos em euros)

	2011	2010
Imposto s/ rendimento corrente	3.074	2.937
Imposto sobre o rendimento	3.074	2.937

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

(valores expressos em euros)

	2011	2010
Resultado antes de Imposto	236.558	303.524
Variações patrimoniais negativas - Conversão SNC	(356)	(356)
	236.202	303.168
Taxa de imposto	25,84%	25,98%
	61.035	78.777
Gastos não dedutíveis		
- Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis	572.457	105.381
- Outros	11.235	13.157
Rendimentos não tributáveis		
- Reversão de imparidade em ativos tangíveis e intangíveis	(467.161)	(501.686)
- Reversão de imparidade em subsídios ao investimento	(570.305)	(77.935)
- Outros	(2.735)	-
Prejuízos fiscais gerados no exercício para os quais não foi registado imposto diferido	395.474	382.305
Tributação autónoma	3.074	2.937
	3.074	2.937
Imposto s/ rendimento corrente	3.074	2.937
Imposto s/ rendimento diferido	-	-
Imposto s/ rendimento	3.074	2.937
Taxa efetiva de imposto	1,3%	1,0%

Os prejuízos fiscais gerados no exercício de 2011, estimados em 1.530.472 euros, serão totalmente utilizados pela APDL no exercício de 2011, no âmbito do regime especial de tributação de grupos.

19. Resultado líquido do período

O resultado líquido apurado no exercício de 2011 é de €233.484:

(valores expressos em euros)

	Período 2011	Período 2010
Resultado antes de impostos	236.558	303.524
Imposto sobre o rendimento do período	(3.074)	(2.937)
Outros	-	-
RESULTADO LÍQUIDO	233.484	300.587

20. Provisões

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos nas rubricas de “Provisões” eram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Provisões		Outras provisões	Totais
Acumuladas em 01.01.2010		-	-
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	-	-
	Por novas provisões	7.513	7.513
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	-	-
	Quantias revertidas no período	-	-
Acumuladas em 31.12.2010 (01.01.2011)		7.513	7.513
Aumentos	Por reforço de provisões já reconhecidas em períodos anteriores	-	-
	Por novas provisões	-	-
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	-	-
	Quantias revertidas no período	(7.513)	(7.513)
Acumuladas em 31.12.2011		-	-

21. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

(valores expressos em euros)

	Subsídios ao investimento	Imparidade - Subsídios ao investimento	Total
A 1 de Janeiro de 2010	634.138	(78.204)	555.934
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição por capital	147.075	(79.481)	67.594
Reversão por capital	(1.749)	3.471	1.723
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	145.326	(76.009)	69.317
A 31 de Dezembro de 2010	779.465	(154.213)	625.251

	Subsídios ao investimento	Imparidade - Subsídios ao investimento	Total
A 1 de Janeiro de 2011	779.465	(154.213)	625.251
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição por capital	598.839	(584.872)	13.968
Reversão por capital	(10.920)	10.366	(554)
Reversão por resultados	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	-
Movimento do período	587.920	(574.506)	13.414
A 31 de Dezembro de 2011	1.367.384	(728.719)	638.665

Durante os exercícios de 2011 e de 2010, a Empresa compensou o imposto diferido ativo com o imposto diferido passivo, tendo em consideração a natureza homóloga das situações inerentes ao registo dos mesmos.

22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros: Fornecedores	31.12.2011	31.12.2010
	Quantias brutas	Quantias brutas
Fornecedores c/c	57.705	272.380
Fornecedores de investimentos	4.586	22.460
Totais	62.291	294.840

23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros: Outras contas a pagar	31.12.2011	31.12.2010
	Quantias brutas	Quantias brutas
Credores por acréscimos de gastos	197.728	313.040
Credores diversos	151.180	31.731
Totais	348.909	344.772

O valor mais significativo das quantias escrituradas em “Credores diversos” refere-se à prestação de garantias por fornecedores e concessionários, que, à data de 31 de dezembro de 2011, ascendia a €148.700.

Os credores por acréscimos de gastos incluem um montante de 131.650 euros relativo ao mês de férias que se vence para pagamento no exercício de 2012. Em 2010, para além do mês de férias, encontrava-se estimado o subsídio de férias. Este subsídio não foi acrescido no exercício de 2011 pelo facto do Orçamento de Estado para 2012 contemplar o corte no pagamento de tal subsídio.

24. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava a seguinte discriminação:

(valores expressos em euros)

Vendas e serviços prestados	Período 2011	Período 2010
Vendas	144	141
Prestações de serviços	2.844.174	3.175.860
Totais	2.844.318	3.176.001

As prestações de serviços analisam-se como segue:

(valores expressos em euros)

	Período 2011	Período 2010
Serviços ao navio	689.643	696.787
Serviços à mercadoria	619.886	622.711
Concessões / Licenças	422.892	410.603
Penalidades contratuais	463.424	837.215
Tarifas de usos dominiais	325.475	303.756
Outras prestações de serviços	322.854	304788
	2.844.174	3.175.860

25. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica apresentava os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	Período 2011	Período 2010
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	23.571	27.418
Publicidade e propaganda	2.289	2.626
Vigilância e segurança	64.311	61.946
Honorários	1.442	4.911
Conservação e reparação	289.969	1.451.568
Outros custos e perdas financeiras	411	892
Outros	825	-
	382.817	1.549.361
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	695	447
Livros e documentação técnica	65	26
Material de escritório	3.139	3.882
Artigos para oferta	9	530
Outros materiais	2.688	2.749
	6.595	7.633
Energia e fluidos:		
Electricidade	224.190	193.347
Combustíveis	24.652	20.808
Água	62.281	63.206
Gás	2.017	1.594
Outros fluidos	4.891	5.144
	318.030	284.099
Deslocações, estadas e transportes:	1.896	1.490
	1.896	1.490
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	394	375
Comunicação	29.735	34.518
Seguros	27.814	26.526
Contencioso e notariado	497	913
Despesas de representação	398	475
Limpeza, higiene e conforto	8.662	6.437
Outros serviços	1.919	1.281
	69.420	70.525
Totais	778.759	1.913.109

Na rubrica “Conservação e reparação” são contabilizados os gastos incorridos com a realização de dragagens de emergência e manutenção para a manutenção das condições de navegabilidade e segurança do canal de acesso ao porto comercial. A distribuição por exercício dos gastos com dragagens é a que se evidencia no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Dragagens	Período 2011	Período 2010
Dragagens	112.005	1.287.000

26. Gastos com o pessoal

O número de trabalhadores, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, atenta a natureza do vínculo contratual, era o seguinte:

(n.º de trabalhadores)

Número de trabalhadores	Período 2011	Período 2010
Pessoal do quadro	45	45
Pessoal contratado a termo certo	2	0
Pessoal requisitado / comissão de serviço	1	1
Totais	48	46

Os gastos com pessoal nos exercícios findos naquelas datas tiveram a seguinte discriminação:

(valores expressos em euros)

	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	10.768	11.190
Remunerações do pessoal	1.553.425	1.729.703
Encargos sobre remunerações	271.620	267.251
Seguros de acidentes no trabalho e doenças	21.130	28.518
Gastos de ação social	1.900	30.074
Outros gastos com pessoal	9.472	8.029
Totais	1.868.316	2.074.764

As remunerações dos órgãos sociais referem-se à prestação de serviços do Fiscal Único da Empresa pela revisão oficial das contas e ao pagamento de senhas de presença à Secretária da Assembleia Geral.

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro. A diminuição nos gastos com o pessoal reflete as reduções remuneratórias e demais regras de contenção introduzidas com a publicação da Lei do Orçamento de Estado para 2011 e Lei do Orçamento de Estado para 2012

Os gastos de ação social e outros incluem gastos com atribuição de abonos sociais a trabalhadores da Empresa, nos termos definidos na legislação geral, gastos com medicina no trabalho, assistência médica e formação.

27. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” teve a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	Período 2011	Período 2010
Rendimentos suplementares	82.074	11.518
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	763	15.555
Imputação de subsídios para investimentos	41.206	6.599
Imputação de subsídios para investimentos - Imparidade	2.207.062	299.927
Outros rendimentos similares	234	299
	2.331.340	333.898

A parte mais substancial da parcela contabilizada como “Rendimentos suplementares” no exercício de 2011 relaciona-se com venda de sucata, no total de 79 milhares de euros.

Em “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros”, relativamente ao exercício de 2011, estão registados rendimentos de indemnizações referentes a dois sinistros ocorridos, da responsabilidade de terceiros, por danos causados à barreira de saída da portaria do porto comercial de Viana do Castelo.

28. Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	Período 2011	Período 2010
Impostos	85.350	83.072
Subsídios ao investimento - Imparidade (reversão) (ver Nota 17)	39.116	-
Outros gastos e perdas	13.204	15.580
	137.670	98.652

A rubrica “Impostos” refere-se maioritariamente à contribuição financeira devida ao IPTM – Instituto Português e dos Transportes Marítimos, I.P., conforme disposto nos Despachos n.º 7471/2010, de 20 de abril (publicado no DR, 2.ª série, de 28.04.2010) e 4975/2009, de 29 de

janeiro (publicado no DR, 2.ª série, de 11.02.2009), os quais dispõem que constitui receita do IPTM a percentagem de 4,5% das receitas de exploração de cada porto (excluindo o serviço de pilotagem).

O valor da comparticipação financeira para o IPTM, nos exercícios de 2011 e 2010, foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

	Período 2011	Período 2010
Comparticipação financeira para o IPTM	81.752	79.802

29. Juros e rendimentos similares obtidos

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

	Período 2011	Período 2010
Juros obtidos	75.680	73.911
Outros rendimentos similares	4.449	3.293
	80.129	77.204

Os “Juros obtidos” são provenientes de depósitos à ordem e depósitos a prazo a menos de três meses que se vinham estendendo desde o exercício anterior.

Ao longo do ano, a APVC foi concentrando as suas disponibilidades financeiras no IGCP – Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., enquanto banco do Estado, em cumprimento das disposições constantes da Lei do Orçamento do Estado para 2011.

Em “Outros rendimentos similares” são classificados os ganhos com origem na aplicação de juros de mora sobre pagamentos por clientes para além do prazo de vencimento dos respetivos clientes em débito.

30. Responsabilidades por garantias prestadas

Em 2010, a APVC prestou uma garantia bancária a favor do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnizações de parcelas de terreno a expropriar no âmbito do processo de construção do acesso rodoviário ao porto comercial de Viana do Castelo. Em 31 de Dezembro de 2011, esta garantia ascendia a €2.400.175,98.

31. Garantias prestadas por Terceiros

Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras.

As cauções prestadas existentes às datas de 31 de dezembro de 2011 e 2010 são as constantes do quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

	2011	2010
Depósitos garantia	136.700	268
Garantias bancárias	317.004	336.036
	453.704	336.304

Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para o exercício da sua atividade no porto de Viana do Castelo.

As cauções prestadas existentes no final de cada um dos exercícios de 2011 e 2010 eram as seguintes:

(valores expressos em euros)

	2011	2010
Depósitos garantia	12.000	12.000
Garantias bancárias	54.094	35.000
	66.094	47.000

32. Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos pela Empresa, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 ascendem a 1.066.656 euros (2010: 2.012.399 euros), e são como segue:

(valores expressos em euros)

	2011	2010
Edifícios e outras construções	553.516	2.012.399
Equipamento básico	513.140	-
Compromissos assumidos	1.066.656	2.012.399

33. Eventos subsequentes

Para além da situação referida na Nota 2.3, não são conhecidos eventos posteriores a 31 de Dezembro de 2011 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2011.

Relatório
e Contas

2011

IV - RELATÓRIO DE GOVERNO
DA SOCIEDADE

Cap. IV – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Nota introdutória

O governo da empresa pauta-se pela observância dos “Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Empresarial do Estado” aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, e seguindo o modelo proposto pela Direção Geral do Tesouro e das Finanças.

2. Enquadramento Legal

a) Estatuto jurídico

A APVC, SA é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que se rege pelo Decreto-Lei n.º 211/2008, de 3 de novembro, e respetivos estatutos assim como pelo regime jurídico do setor empresarial do Estado, consagrado no Decreto-Lei n.º 588/99, de 17 de dezembro, pelos princípios do bom governo das empresas do setor empresarial do Estado constantes na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, pelo código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos e demais normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

b) Enquadramento em matéria de pessoal

O Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 421/99, de 21 de outubro, (EPAP), redefiniu o regime jurídico do pessoal que transitou das anteriores administrações portuárias e juntas autónomas e dos trabalhadores provenientes do ex Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP).

Foi mantido, do anterior estatuto, o essencial da regulamentação relacionada com o regime de trabalho, e consagrou-se um normativo de transição para a adoção plena do regime do contrato individual de trabalho, sem prejuízo da situação jurídico profissional de origem designadamente quanto à natureza do vínculo e ao regime de aposentação.

Ao pessoal das administrações portuárias é aplicável o EPAP e correspondente regulamentação constante da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, tendo como pano de fundo a legislação do contrato individual de trabalho ressalvada, no caso dos trabalhadores que transitaram do instituto público, a remissão direta em alguns domínios específicos para o regime dos agentes e funcionários do Estado

3. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

A missão da empresa vem expressa no “Plano de Ação para a modernização e melhoria da competitividade do Porto de Viana do Castelo”, tem uma ambição de médio e longo prazo,

visa funcionar como fator de coesão e motivação dos vários agentes envolvidos no negócio portuário e está assim formulada:

“Servir os seus clientes e tráfegos existentes, criando as melhores condições para o serviço prestado, que facilitem a recuperação e a captação de novas cargas, assim como as condições de localização de atividades económicas de forma integrada e sustentável”

A nossa visão é a de concretizar e consolidar uma empresa e um serviço portuário que com os recursos gerados pela sua atividade comercial e gestão dominial sirva os seus clientes atuais, conquiste novos clientes e novas cargas e cumpra com um vasto conjunto de atribuições públicas (que não são remuneradas). A situação atual é a de uma autoridade portuária a meio caminho entre um “operating port” e um “tool port” mas que visa evoluir para um “land lord port” assim que for atingido o movimento portuário capaz de interessar um potencial concessionário à operação multiuso.

Os objetivos gerais de desenvolvimento do porto de Viana do Castelo estão definidos segundo seis grandes linhas estratégicas a saber:

- Crescimento do tráfego com base nos clientes atuais e na criação de condições de atração empresarial;
- Excelência na operacionalidade do porto, aumentando a capacidade de movimentação de cargas, melhorando os acessos marítimos e terrestres;
- Autossuficiência económica e viabilidade financeira da APVC, captando apoios nacionais e comunitários disponíveis para o investimento e reduzindo os custos correntes dissociados da operação;
- Motivação e envolvimento dos colaboradores da APVC;
- Desenvolvimento de uma política de baixos preços como fator competitivo;
- Integração na envolvente urbana, rentabilizando a exploração do património que constitui o domínio público marítimo (DPM).

A concretização das grandes linhas estratégicas assenta num Plano de Ação delineado em dois tempos: um primeiro, de curto prazo, com um tempo de realização de três anos e um segundo tempo, de médio prazo, até ao ano 2016. Este plano prevê um conjunto vasto de ações, iniciativas e investimentos com um alinhamento de prioridades a colocar no terreno de forma cadenciada e julgada em função dos benefícios entretanto alcançados.

4. Regulamentos Internos

Os regulamentos internos mais diretamente relacionados com a atividade da nova empresa e de cumprimento obrigatório são os seguintes:

Regulamento de Exploração do Porto de Viana do Castelo e Anexos: conjunto de normas e regras relativas às atividades operacionais respeitantes ao ciclo do navio, da carga e dos passageiros em porto. É um regulamento de aplicação geral a todas as entidades que estão autorizadas a exercer uma atividade dentro do porto. A sua estrutura é composta por 11 capítulos e 6 anexos da seguinte forma: Capítulos (I) Disposições gerais, (II) Embarcações, (III) Cargas, (IV) Passageiros, (V) Equipamentos, (VI) Fornecimentos e Serviços Diversos, (VII) Vigilância, Acessos e, Circulação, (VIII) Exercício de Atividades e Utilização de Espaços e Instalações Portuárias, (IX) Recolha de Resíduos e Águas Residuais, (X) Segurança no Porto, (XI) Contraordenações e coimas e os Anexos (1) Horário do funcionamento do Porto de Viana do Castelo (2) Normas e prazos para requisição alteração e cancelamento de serviços, (3) Normas de segurança marítima e portuária do porto de Viana do Castelo, (4) Destinos e Regimes Aduaneiros das Mercadorias, (5) Controlo de Acessos ao Porto de Viana do Castelo, (6) Plano de Receção e Gestão de Resíduos.

O regulamento foi aprovado em reunião do C.A. – A.P.V.C. de 23 de setembro de 2009, e posteriormente alvo de aprovação pelo IPTM.

Regulamento de Tarifas da APVC e Anexo: Conjunto de normas e regras que regulam a aplicação de tarifas de serviços prestados. Este regulamento obedece ao Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente aprovado por Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de novembro. A sua estrutura é constituída por 7 capítulos e 1 Anexo da seguinte forma: Capítulos (I) Disposições gerais, (II) Tarifa de uso do porto, (III) Amarração e Desamarração, (IV) Movimentação de cargas e tráfego de passageiros, (V) Armazenagem, (VI) Uso de equipamento, (VII) Fornecimentos e o Anexo (1) Tarifário de resíduos.

Regulamento de Tarifas específico para o fornecimento de água ao PVC: conjunto de normas e regras que regulam a forma de fixação das taxas de fornecimento de água na área de jurisdição da APVC, S.A.

Regulamento de Tarifas específico para o fornecimento de Energia ao PVC: conjunto de normas e regras que regulam a forma de fixação das taxas de fornecimento de energia na área de jurisdição da APVC, S.A.

Regulamento de Tarifas para a Utilização de Bens Dominiais: conjunto de normas que fixam as taxas a aplicar nos usos privativos de terrenos do domínio público situados na área de jurisdição da APVC, S.A.

Regulamento de Exploração e Utilização da Marina de Viana do Castelo: conjunto de normas e regras que regulam o acesso, estadia e uso das facilidades e serviços existentes aplicáveis aos utentes e visitantes da marina.

Guia de procedimento de Compras e de conferência de faturas: Conjunto de normas e regras que visam regulamentar o procedimento de compras e aquisições de bens móveis, serviços e empreitadas de obras públicas, com a descrição dos fluxos e as formas de controlo internas aplicáveis, aprovado na sequência da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Foi aprovado em reunião do CA-APVC e entrou em vigor a 19 de setembro de 2009.

Todos os regulamentos internos acima citados constam do site da APVC (www.apvc.pt), com exceção do Guia de procedimento de compras e de conferência de faturas.

5. Regulamentos Externos

Os regulamentos externos relacionados com a atividade da empresa e que esta está obrigada a observar são, designadamente, os seguintes:

Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, aprovado por Decreto-Lei n.º 273/2000, de 9 de novembro, que estabelece um conjunto de normas e procedimentos a observar na elaboração dos regulamentos de tarifas de cada porto.

Regulamento Geral do Serviço de Pilotagem: Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da prestação do serviço de pilotagem nos portos portugueses.

Regulamento da Náutica de Recreio: Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de maio, que estabelece um conjunto de normas reguladoras da atividade náutica de recreio.

Regulamento n.º 725/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março: Regulamento Comunitário que aprova o Código Internacional para a Proteção dos navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), o qual consagra um conjunto de normas no âmbito do transporte marítimo em especial no que respeita à proteção contra ameaças terroristas no tráfego marítimo.

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro, que veio estabelecer as modalidades de cooperação entre entidades com competências no âmbito da segurança e proteção dos navios e das instalações portuárias, bem como enquadrar no ordenamento jurídico nacional as disposições comunitárias sobre a matéria, tendo em vista a adoção, execução e cumprimento integrais do Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias (código ISPS).

O Decreto-Lei n.º 284/2003, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/106/CE do Parlamento e Conselho Europeus, de 19 de dezembro, relativa à aplicação aos navios que escalem os portos da comunidade ou naveguem em áreas sob a jurisdição dos Estados membros das normas internacionais respeitantes à segurança de navegação, à prevenção de poluição e às condições de vida e do trabalho a bordo dos navios e a Diretiva

n.º 2001/84/CE, do Parlamento e do Conselho Europeus, de 5 de novembro, que altera a primeira no domínio da segurança marítima e de prevenção de poluição por navios.

Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de março, que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;

Decreto-Lei n.º 49/2020, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico das contraordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuárias;

Regulamentos Comunitários e da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre segurança e proteção portuária e da navegação.

Regime da Operação Portuária – Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto.

Estatuto do Agente de Navegação, Decreto-Lei n.º 76/89, de 3 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 148/91, de 12 de abril.

Decreto-Lei n.º 421/1999, de 21 de setembro, que aprova o Estatuto do Pessoal das Administrações Portuárias

Decreto-Lei n.º 324/1994, de 30 de dezembro, que aprova as bases gerais das Concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias.

Lei n.º 38/2005, de 29 de dezembro, Lei da Água e demais diplomas regulamentares referentes ao regime de utilização dos recursos hídricos e respetivo licenciamento tais como, o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 30 de maio, e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de novembro, designadamente, quanto à captação de água, rejeição de águas residuais e imersão de dragados, entre outros.

6. Transações relevantes

Constitui “Transação relevante” a transferência de 4,5% dos proveitos registados na conta 72 – “Prestação de Serviços”, excluindo a receita do serviço de pilotagem, para o IPTM – Instituto Português dos Transportes Marítimos, em conformidade com o estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 28.º dos estatutos do IPTM, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 257/2002, de 22 de novembro.

7. Modelo de Governo

Os órgãos sociais que iniciaram mandato com o começo da atividade da nova empresa têm a seguinte composição:

Mesa da Assembleia Geral:

Para o triénio 2008-2010

- **Presidente da Mesa:** Município de Viana do Castelo representado pelo Presidente da Câmara Municipal;

- **Secretário:** Dra. Maria da Graça Lima Campos Gouveia Neves Miranda Lopes.

Na última Assembleia-Geral realizada em 30 de Março de 2011, na sequência de orientações recebidas da tutela, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2011-2014, pelo que os que estavam em funções mantiveram-se até nova eleição.

Conselho de Administração e respetivos pelouros:

- **Presidente:** Eng.º João Pedro Soeiro de Matos Fernandes, áreas Comercial, Formação e Recursos Humanos;
- **Vogal:** Eng.º Emílio Fernando Brògueira Dias, áreas das Obras, Operação Portuária, Segurança, Manutenção e Dominial;
- **Vogal:** Dr. Amadeu Ferreira Rocha, áreas Administrativa, Financeira e Sistemas de Informação.

O Conselho de Administração para deliberar sobre as matérias mais relevantes da atividade da empresa, efetuou 21 reuniões durante o ano de 2011.

Fiscal Único: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ROC, tendo como suplente José Manuel Henriques Bernardo.

Estrutura de Gestão:

- **Diretor Coordenador:** Arq. Vasco Fernando de Melo e Azevedo Cameira;
- **Diretor de Operações e Segurança:** Cte. José Gomes da Silva Alves;
- **Divisão Administrativa e Financeira:** Dr. Carlos Alberto Vieira da Rocha;
- **Divisão Comercial e de Sistemas de Informação:** Cte. João Manuel Ribeiro Lomba da Costa;
- **Pilotagem:** Cte. António José Teles Silva Fernandes;
- **Departamento de Exploração:** António José Fonseca da Costa Maia;
- **Departamento de Manutenção:** José Fernandes Martins Machado.

8. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral:

	Presidente	Secretária
Remunerações 2011	-	898
	-	898

Conselho de Administração: Não remunerados.

Órgãos de Fiscalização

A prestação de serviços por parte do Fiscal Único, bem como a respetiva formalização, correm os seus termos pelo órgão de administração, devendo o pagamento dos honorários ter em conta os valores mínimos que resultarem da aplicação do regime geral dos ROC, designadamente do n.º 1 do artigo 160.º, conjugado com os números 1 e 4 do artigo 60.º, ambos do Decreto-Lei n.º 487/1999.

O contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas em vigor, com a firma PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., estabelece uma avença anual de 9.180 euros.

9. Sustentabilidade da empresa

A APVC enquanto autoridade portuária e empresa prestadora de serviços prossegue uma política de gestão responsável seja ao nível da sua intervenção social e económica, seja assumindo de forma crescente as suas responsabilidades na prevenção de impactos negativos decorrentes do vasto leque de atividades desenvolvidas na sua área de jurisdição. Implementa ou exige de terceiros que cumpram com a normativa juridicamente eficaz que regula aquelas diferentes atividades, estimula que todas as entidades também o façam e adota medidas mitigadoras ou de compensação dos impactes ambientais que possam resultar das diferentes atividades desenvolvidas.

10. Controlo de riscos

Face às diferentes atividades desenvolvidas na sua área de jurisdição, a APVC encontra-se exposta a um conjunto variado de riscos que devem ser convenientemente avaliados e acompanhados. Dos principais riscos destacam-se:

- *Regulação* – a APVC deve assegurar o acompanhamento dos dispositivos legais e normativos que por obrigação deve cumprir visto estar sujeita à regulação sectorial exercida pelo IPTM – Instituto Português dos transportes Marítimos;
- *Concorrência* – sobretudo do modo rodoviário que assegura grande mobilidade e flexibilidade e, também, do sistema portuário galego pela sua proximidade geográfica e da rede logística de que dispõe;
- *Estrutura de mercadorias* – apenas 3 tipos de mercadorias asseguram mais de 70% do movimento anual de cargas;
- *Operacional* – riscos inerentes à própria atividade portuária, sobretudo nas operações à carga e ao navio. A APVC dispõe de normas de Segurança Marítima e Portuária e de Plano de Proteção das Instalações Portuárias no âmbito do cumprimento do código ISPS (*International Ship and Security Code*);

- *Ambiental* – São avaliados os impactes ambientais das atividades desenvolvidas pela APVC ao nível da operação e da elaboração e desenvolvimento dos projetos dando-se prioridade à eliminação, minimização ou mitigação dos impactes;
- *Evolução tecnológica* – Investimento no processo de integração da informação associada ao meio de transporte e à mercadoria (Janela Única Portuária).

Os mecanismos de gestão do risco na APVC, que agora completa o seu primeiro ano como empresa, estão ainda em fase de reavaliação.

11. Princípios de Bom Governo

A APVC desenvolve as suas atividades segundo os princípios da transparência, respeito pelo ambiente, cumprimento das normas de segurança das operações portuárias e dos regulamentos e normativos urbanísticos dentro da sua área de jurisdição. Estes princípios estão divulgados no seu portal eletrónico (www.apvc.pt) que integra todos os aspetos inerentes ao bom governo da empresa, à promoção e desenvolvimento da comunidade portuária deles se destacando:

- A estrutura da administração da empresa e divulgação dos seus estatutos sociais e organigrama;
- A apresentação da missão e principais linhas estratégicas de desenvolvimento;
- A apresentação das ações e projetos que integram aquela estratégia;
- O acompanhamento dos investimentos em curso;
- O relatório de contas anual;
- As estatísticas portuárias mensais e anuais;
- Os regulamentos de exploração e de tarifas;
- As normas e procedimentos de segurança marítima e portuária.

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética			X	
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Cap. V – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

1. Prazo Médio de Pagamentos

Os prazos médios de pagamentos, calculados em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, são os constantes do seguinte quadro:

PMP	1ºT 2010	2ºT 2010	3ºT 2010	4ºT 2010	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011
PMP a Fornecedores (dias)	24	32	31	35	37	38	32	27

Não existem atrasos no pagamento, considerando-se, para tal, o não pagamento de faturas correspondentes ao fornecimento de bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o seu pagamento.

O quadro seguidamente apresentado releva alguns indicadores relacionados com o cumprimento das obrigações legais:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			PMP (31.12.2011) = 27 dias PMP (31.12.2010) = 35 dias	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Não existem pagamentos em atraso	
Deveres Especiais de Informação			X		
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			X		
			X		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão			X	CA da APVC mão remunerado	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010			X	CA da APVC mão remunerado	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010			X	CA da APVC mão remunerado	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 22º da Lei 55-A/2010	X			Total da redução remuneratória em 2011 = €1.020	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			Total da redução remuneratória em 2011 = €104.519	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		X			
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			-10,0%, face a 2010, -14,9% face a 2009	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-59,3% face a 2010, -17,2% face a 2009	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			71,7% das disponibilidades totais estavam depositadas no IGCP em 31.12.2011	